

DOMÍNIOS DA PAISAGEM
HIBRIDISMOS
CULTURAIS
E PRÁTICAS
SOCIOESPACIAIS
MEMÓRIAS DE AULA

RUBENS DE ANDRADE (Org.)

30+

PROARQ

PAISAGENS
HÍBRIDAS

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

D671 Domínios da paisagem: hibridismos culturais e práticas socioespaciais - Memórias de aula. Organizador: Rubens de Andrade. Rio de Janeiro: PROARQ-FAU-UFRJ, Paisagens Híbridas, 2022.

154 p: 14 x 20 cm

Inclui Bibliografia e índice.

ISBN 978-65-87833-49-1 | 978-65-88335-13-0

1. PAISAGEM 2. HIBRIDISMOS CULTURAIS 3. CIDADE 4. TERRITÓRIO I. Universidade Federal do Rio de Janeiro II. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura - PROARQ III. Grupo de Pesquisa Lugares e Paisagens IV. Sistemas de Espaços Livres- SEL-UFRJ V. Grupo de Pesquisas Paisagens Híbridas VI. Rubens de Andrade

CDD 712
CDU 720.2

Universidade Federal do Rio de Janeiro | UFRJ

Centro de Letras e Artes

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura | PROARQ

Grupo de Pesquisa Lugares e Paisagens | Prolugar-PROARQ-FAU/UFRJ

Sistema de Espaços Livres | SEL-RJ-PROARQ-FAU/UFRJ

Grupo de Pesquisas Paisagens Híbridas | GPPH-EBA/UFRJ

Reitora

Prof^a. Dr^a. *Denise Pires de Carvalho*

Vice-Reitor

Prof. Dr. *Carlos Frederico Leão Rocha*

Decana do Centro de Letras e Artes

Prof^a. Dr^a. *Cristina Tranjan*

Diretora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Prof^a. Dr^a. *Andrea Queiroz Rego*

Vice-Diretor

Prof. Dr. *Guilherme Lassance*

Coordenadora PROARQ-FAU/UFRJ

Prof^a. Dr^a. *Ethel Pinheiro Santana*

Vice-Coordenador PROARQ-FAU/UFRJ

Prof. Dr. *Marcos Martinez Silvano*

Coordenação Adjunta de Editoria

Prof^a. Dr^a. *Vera Regina Tângari*

Projeto editorial

Grupo de Pesquisas Paisagens Híbridas

Linha de Pesquisa - GPPH-EBA/UFRJ

Domínios da paisagem: imagem e ideologia

Projeto gráfico, diagramação, capa e ilustrações

Rubens de Andrade

Revisão

Glaiane Quinteiro Campos

Revisão dos originais

Beatriz Cruz Amback, Dagmar Dias Cerqueira e

Lorena Maia Resende

Diagramação e preparação de originais

Rubens de Andrade

Ficha catalográfica

Nara Ferreira Oliveira



ProLUGAR



Editoria PROARQ

Programa de Pós Graduação em Arquitetura- PROARQ-FAU/UFRJ

Av. Pedro Calmon, 550, Sala 433 | Prédio da Reitoria

Ilha do Fundão Rio de Janeiro- RJ 21941-590

Telefones: +55 (21) 3938-0288 | editoria.proarq@fau.ufrj.br

**PAISAGENS
HÍBRIDAS
EDITORA**

www.atelierdencadernac.wixsite.com/pheditoraeatelier

editorapaisagenshibridas@gmail.com

Todos os direitos desta edição são reservados à editora Paisagens Híbridas e aos autores. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônicos ou mecânicos, incluindo fotocópias e gravação) ou arquivada em qualquer sistema de banco de dados sem permissão escrita do editor.

DOMÍNIOS DA PAISAGEM
HIBRIDISMOS
CULTURAIS
E PRÁTICAS
SOCIOESPACIAIS
MEMÓRIAS DE AULA
RUBENS DE ANDRADE (Org.)

PAISAGENS
HÍBRIDAS

Rio de Janeiro

1ª. Edição

2022



SUMÁRIO

6	PREFÁCIO Por (des)memórias e aulas sempre ativas Ethel Pinheiro
14	DOMÍNIOS DA PAISAGEM: HIBRIDISMOS CULTURAIS E PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS - O CURSO Rubens de Andrade
24	EPISTEMOLOGIA DOS ESTUDOS DA PAISAGEM I ARCABOUÇOS TEÓRICOS E ENCLAVES METODOLÓGICOS Beatriz Cruz Amback, Domitila Gomes Almenteiro, Gleison José Mendes de Souza Junior e Lucas Yudi Moriya Sampaio
50	EPISTEMOLOGIA DOS ESTUDOS DA PAISAGEM II HISTÓRIAS DOS LUGARES E A CONSTRUÇÃO DE COTIDIANOS Amanda Ribeiro Carneiro, Francianny Morais, Lorena Maia Resende e Vanessa Sartori
80	EPISTEMOLOGIA DOS ESTUDOS DA PAISAGEM III QUADRANTES DO MUNDO NATURAL: PENSAR OS RECURSOS AMBIENTAIS, A ORDEM ECOLÓGICA E A POIÉISIS DOS JARDINS Aline Ourique Toledo, Cândida Zigoni de Oliveira Landeiro, Dagmar Dias Cerqueira e Mylena Merio
112	EPISTEMOLOGIA DOS ESTUDOS DA PAISAGEM IV O MAL-ESTAR NA CIDADE E OS SIGNOS DA FINITUDE HUMANA Daniel Athias de Almeida, Clarice Freitas, Leticia Aguilera Larrosa da Rocha, Mariana Frota Agum e Rafael Ferreira de Souza
142	MEMÓRIAS EM PERSPECTIVA À LUZ DA HISTÓRIA DO CONHECIMENTO E DO HIBRIDISMO CULTURAL Rubens de Andrade
152	ÍNDICE DE AUTORES/AS

PREFÁCIO
POR (DES)MEMÓRIAS
E AULAS SEMPRE ATIVAS

O MATERIAL QUE CHEGA ÀS MÃOS de ávidos leitores é, antes de tudo, uma coleção de paisagens. Posso assim descrever porque a conceituação de paisagem, nunca estanque, nem mesmo categórica, evidencia que *Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca (...)* como afirma Milton Santos em *Metamorfoses do espaço habitado*, 1988. No entanto, como Santos elabora no mesmo livro, além de diversos teóricos no campo da Paisagem urbana, cultural ou natural,

toda paisagem nos ativa sinestesticamente; coloca nosso corpo em estado de alerta e todos os sentidos envolvidos são interpelados a explicar conceitualmente e metodologicamente os passos e diálogos que permitem interpretar uma paisagem. Portanto, paisagem é assunto para a polissemia e também para discussões sistêmicas

Paisagem é também um conceito-chave, ou seja, um conceito que pode atribuir unidade e identidade à qualquer geografia, seja natural, arquitetônica ou humana, relacionada a um tecido complexo que, cada vez mais, entende-se como urbano – o urbano “em todo lugar”, como diria Mongin em *Cultures et créations dans les métropoles-monde*, de 2016. Por isso, ao receber este rico material como resultado de uma disciplina/curso ministrado pelo docente que organiza este compêndio, Rubens de Andrade, desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Arquitetura – PROARQ/UFRJ no ano de 2021, podemos ver muitas paisagens construídas por bases analíticas essenciais a uma determinada perspectiva.

Indo da construção de arcabouços teóricos e interlocução com diferentes manifestações artísticas, e tomando por esteio trabalhos de Jean-Marc Besse, Maria Luchiari e Denis Cosgrove, até o reconhecimento da História dos lugares, a ordem ecológica, a geratriz da construção de jardins e hibridismos culturais, passando pelas novas insurgências conceituais na paisagem e suas (re)significações, diversos teóricos são apresentados e confrontados por discentes e pelo docente, de modo a promover um debate contínuo e bastante largo sobre paisagem em sua materialidade histórica e epistemológica.

Ao referenciar *O homem e o mundo natural*, de Keith Thomas, ou *Paisagem e memória*, de Simon Schama, ou obras seminais de Milton Santos, Antônio Carlos Sant'ana Diegues, Anne Cauquelin e Virginia Woolf, além das poemas musicadas como *Amazonália*(2011) e *Na floresta tudo pode acontecer* (2011) do cantor Eliakin Rufino, ou textos do historiador do urbanismo Mike Davis, ou *Medo de natureza*

humana: fantasmas (2005) de Yi-Fu Tuan e *Capitalismo e impulso de morte* de Byung-Chul Han, além dos autores citados no parágrafo anterior, os quatro módulos apresentados nesta “coleção de paisagens” promovem, também, a crítica correlata e contemporânea dos temas abordados. De fato, são conjecturas, tessituras e emaranhamentos de saberes e lógicas que somente o trabalho bem feito de um docente, com sua classe, poderia promover.

Por fim, o arremate desta obra fica nas mãos do docente Rubens que, como interpretador de tudo o que aconteceu na disciplina, entende seu papel de atravessamento. Ao mencionar Peter Burke como linha-mestra na construção do conhecimento produzido nas aulas, reforça de fato que a estrutura compartilhada pelos pós-graduandos é um viés de possibilidades, como em camadas que se mesclam enquanto se sobrepõem. *Conhecimento localizado*, *Conhecimento subjugado*, *Conhecimento tácito* e *Estilo de pensamento*, como citados por Burke, aparecem em todos os módulos, em

todas as digressões e, principalmente, neste conjunto de ideias, estruturado de forma coesa.

Esta produção demonstra, assim, o potencial criador e receptivo que uma disciplina de pós-graduação pode gerar, com vistas ao desenvolvimento de diferenciadas pesquisas, e também o vínculo com a excelência, a diversidade e a inovação, valores do PROARQ muito bem propagados por todo o seu corpo social.

Mas, resta a questão: por que intitulei esta apresentação de (des)memórias? Antes, obviamente, por ser esta produção chamada de “Memórias de aulas”. Memória é também conceito e, como tal, busca evidenciar um papel. Memória não é armazenar ou guardar, pelo contrário, diversas teorias na psicanálise, no campo do urbanismo da neurociência demonstram, assintomaticamente, que Memória é trabalho de composição, é um processo de codificação e decodificação que busca, nas reminiscências, uma base para resgatar histórias, narrativas e conhecimentos. Memória é trabalho.

Portanto, muitas vezes, é pelo abandono da ideia de memória (apenas da ideia, claro) que podemos começar de um ponto zero, sem preconceitos ou lembranças representativas, permitir que discussões sejam feitas sem estrados e sem uma determinada plasticidade nas proposições. Ao passo que memória e esquecimento fazem parte das mesmas relações neurais, desmemoriar-se por aulas que promovem o crescimento de um senso analítico é, sem dúvida, a meta de toda processo crítico.

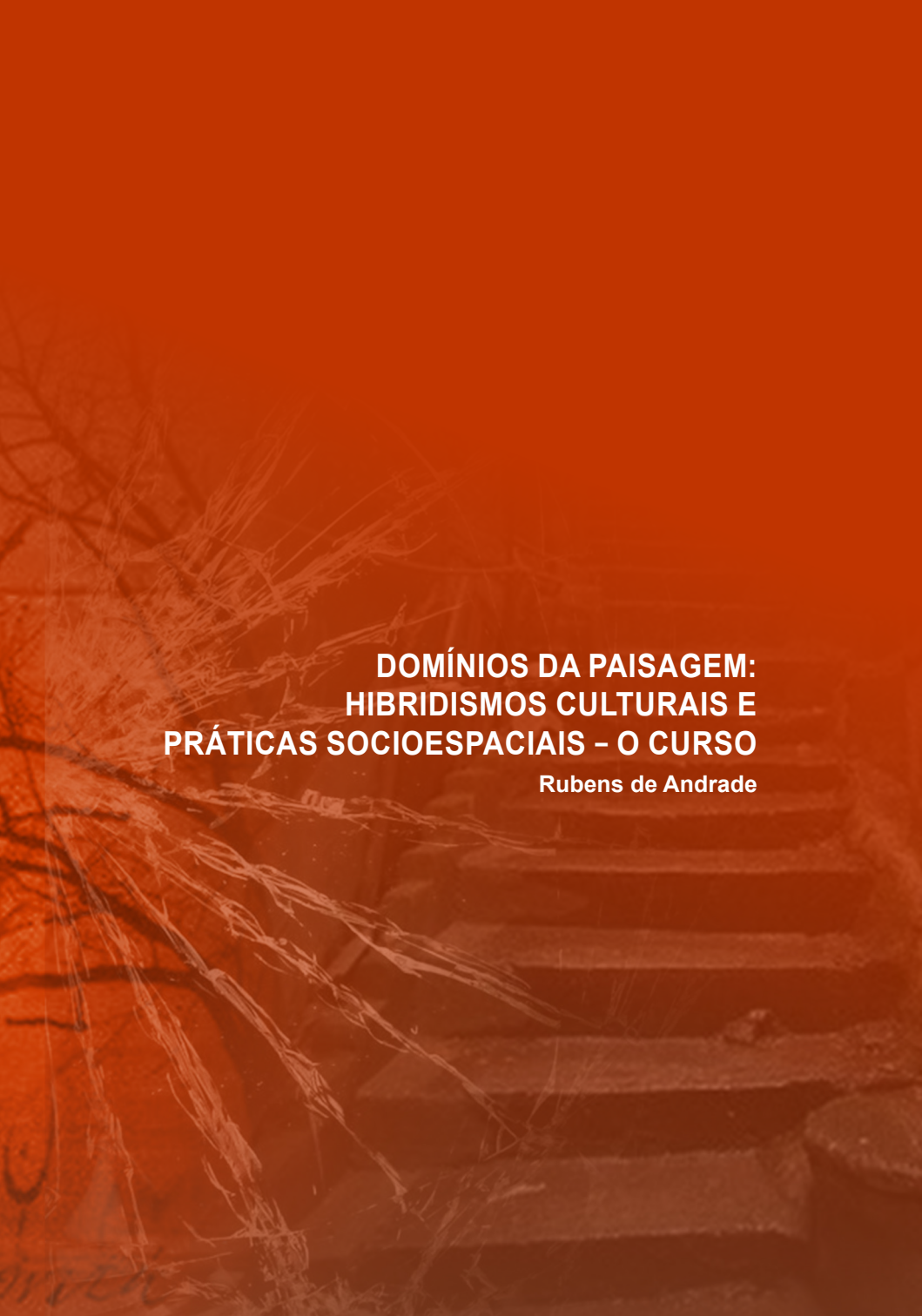
Desejo, assim, que mais (des)memórias de aulas sejam apresentadas pelos cursos de mestrado e doutorado do PROARQ.

Ethel Pinheiro

Arquiteta e Urbanista,

Profa. Associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/UFRJ
Coordenadora do Programa de Pós Graduação em Arquitetura- PROARQ/UFRJ.



The background of the cover is a photograph of stone steps leading up a hill, with many bare, tangled tree roots growing over and around them. The entire image is overlaid with a solid orange color.

DOMÍNIOS DA PAISAGEM: HIBRIDISMOS CULTURAIS E PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS – O CURSO

Rubens de Andrade

TENDO COMO RECORTE TEMÁTICO os estudos da Arquitetura da Paisagem, o curso *Domínios da paisagem: hibridismos culturais e práticas socioespaciais* percorreu os fundamentos teóricos e conceituais para interpretar as relações-representações socioespaciais e suas implicações no tecido urbano. Para tanto, matrizes analíticas de múltiplos aspectos relativos ao ambiente construído foram formulados no interesse de produzir diálogos que singularizassem e aproximassem diferentes perspectivas do campo disciplinar da paisagem,

especialmente aquelas pautadas no debate socioambiental, cultural, político e artístico sem ignorar a produção artística e visual que se manifesta no ambiente construído.

Ao longo do curso foram analisadas teorias da paisagem considerando autores e obras vinculados às escolas francesa, americana e brasileira, alinhando a discussão a uma perspectiva histórica e transcultural, como também, pelo exame das espacialidades no âmbito urbano-paisagístico revelado a partir de práticas socioespaciais. Uma especial atenção foi dada à complexa teia de hibridismos culturais que se desvelam na construção da urbanidade seja do continente europeu como no continente americano a partir do final do século XIX e estendido até os dias de hoje, quando o tecido urbano cada vez mais, fabrica jogos de imagens, representações e usos que não consideram apenas o legado morfológico e tipológico existente na cidade, mas efetivamente, as negociações firmadas entre seus atores sociais e os plurais arranjos

territoriais que se estabelecem nas diferenciadas esferas da trama urbana.

O estudo da História da Cidade, a análise iconográfica e as leituras da História da Arte foram elos para abordagens estabelecidas ao longo do curso. Durante esse processo foi possível perceber camadas que constituem paisagens em diferentes tempos históricos por meio de linguagens formais e simbólicas que desenham cidades, criam ambientes e definem culturalmente a ideia de lugar. Diante de diferentes olhares, a disciplina esboçou sua trajetória a partir de análises que abriram possibilidades interpretativas para leituras transdisciplinares. Desse modo, foram percorridos territórios de saberes distintos, mas simultaneamente, atravessadas fronteiras disciplinares cujo intuito foi estabelecer um pensar teórico amplo, condizente com a perspectiva contemporânea que busca analisar dinâmicas socioambientais e, conseqüentemente espaciais que conjuntamente definem nossos cotidianos.

JUSTIFICATIVA DO CURSO

A experiência estética da paisagem é uma experiência política, e explorar as partes e o todo que a compõem, suas características e relações, sua diversidade de formas, usos e sentidos, aponta para princípios que, entre outras possibilidades analíticas, auxiliam a compreensão dos mecanismos de realização e desrealização do ambiente construído bem como, firmam ao longo do tempo histórico parâmetros materiais e imateriais que referenciam o ser e o estar na cidade. Surge, portanto, como um percurso acidentado que pode remeter a uma (re)apropriação política da paisagem.

Produto humano, fato da cultura, a paisagem traz impressa em tudo que a constitui as pautas, os rituais e os significados simbólicos da sociedade que a produziu. Carrega em si, portanto, forte componente ideológico, que pode ser analisado desde sua formulação, bem como na apropriação pela sociedade. A partir de uma perspectiva que assume um caráter político e sociocultural, e fundamentado

pelos rigores das teorias e conceitos do campo de estudo da Arquitetura da Paisagem, foi possível estabelecer uma base reflexiva que se tornou o fio condutor para discutir as dimensões e o papel dos estudos da paisagem na atualidade. Tal matriz conceitual indicou caminhos para interpretações sobre as relações entre sociedade, cultura e natureza que se manifestam no ambiente construído.

O recorte temático e os objetivos da disciplina voltaram-se para um território discursivo fértil que revelou desafios teóricos a serem alcançados a partir de uma compreensão crítica tanto das práticas socioespaciais quanto das hibridizações culturais, que resguardam os estudos da paisagem em seu campo ampliado. Desse modo, foi necessário o alinhamento dos debates a uma esfera conceitual que investigasse as áreas da Arquitetura e Urbanismo, do Paisagismo e da Geografia *stricto sensu*, campos esses centrais para compreensão do programa e conteúdo da disciplina. Os temas e objetos temáticos do curso apontaram para conceitos relevantes que

contribuíram para o pensar a paisagem e o ambiente, mas também foram essenciais na definição do instrumental metodológico cuja contextualização crítica solicitou o estabelecimento de critérios, sejam eles associativos ou comparativos, que ordenaram ações, articularam dispositivos e suscitaram questões no âmbito histórico, sociológico, morfológico e paisagístico. Logo, os conceitos de cidade e campo, espaço e lugar, sociedade e natureza, arte e ambiente firmaram-se como uma matriz fundamental para o enfrentamento do recorte temático e o entendimento dos objetos específicos da disciplina: os hibridismos culturais, as tensões e conflitos socioespaciais.

O ponto de partida da discussão e o recorte proposto para o Módulo 1 do Curso optou traçar análises, alusivas à técnica, à arte e suas esteticidades, no interesse de investigar a ideologia da forma e os mecanismos práticos utilizados na organização do espaço e consequentemente na construção do lugar. Por outro lado, importava que tais argumentações, fossem contrastadas sob o ponto de

vista do debate urbano-paisagístico, que, em particular, firmou-se nas últimas décadas como área de excelência disciplinar e produção de conhecimento.

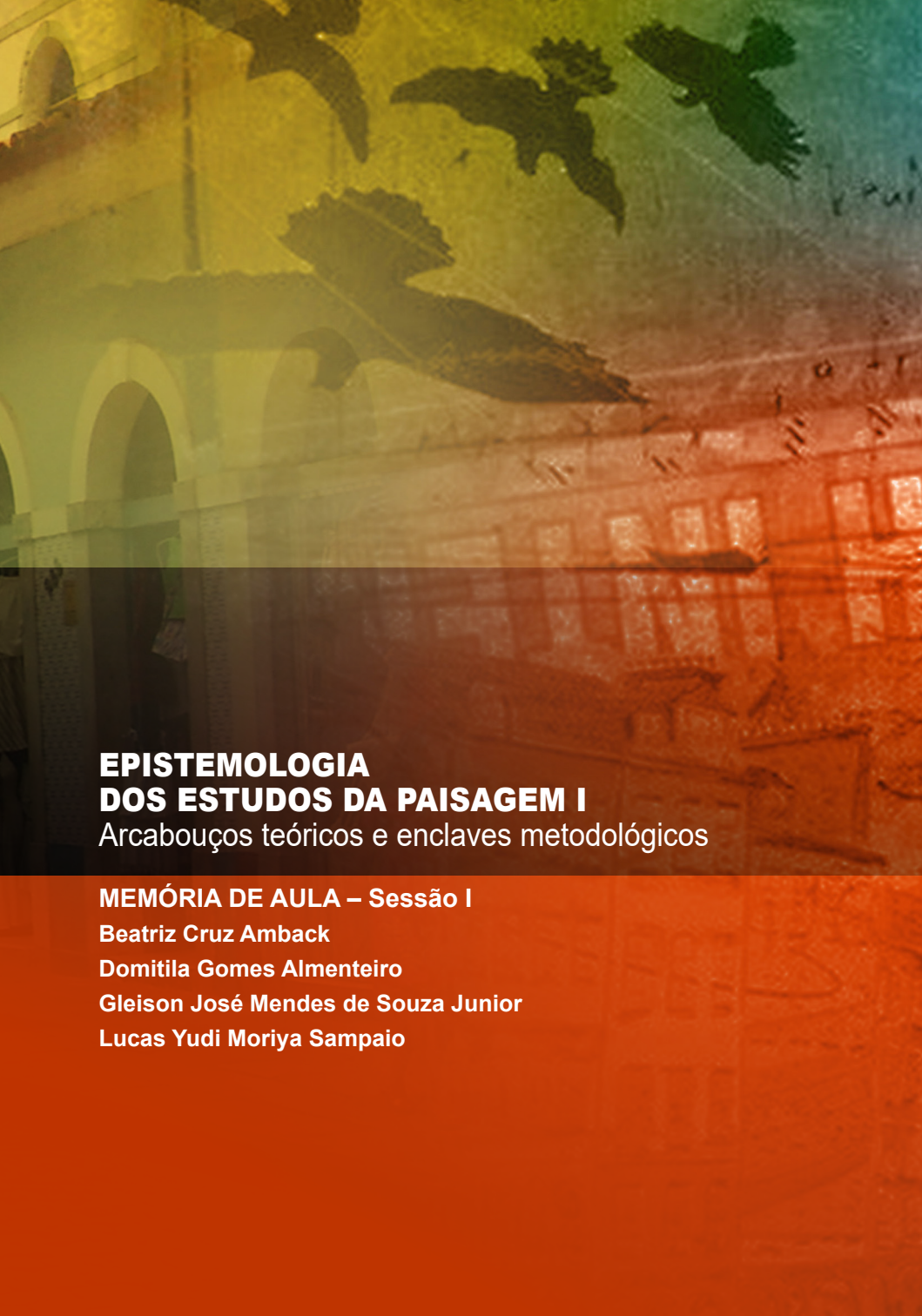
Tais considerações provenientes desses dois campos de saberes distintos e complementares – o urbano e o paisagístico – transitaram pelos aportes teóricos relativos às ideias da “invenção da paisagem” e da “cultura paisagística”, fundamentos esses que instauram uma compreensão dialética que confere sentido e a possibilidade de diferentes interpretações do ambiente construído e da própria ideia de cultura paisagística como matriz conceitual e elemento problematizador que se auto-defina.

Não deve também ser esquecido que os postulados inerentes à Arquitetura da Paisagem como campo teórico, por si só abrigou e proporcionou o trânsito e expansão do escopo temático definido na disciplina, sobretudo no que diz respeito ao arco dos estudos contemporâneos seja na esfera sociológica e ambiental, pautas essas que tem se tornado um elemento à parte nesse campo do saber.

O confronto entre essas perspectivas favoreceu a construção de caminhos para a análise crítica e a formulação de arranjos interpretativos a partir de padrões, símbolos e signos que se manifestam nas práticas socioespaciais e na morfologia do tecido urbano, afinal, ambos se revelam através da história da paisagem, e, propriamente, na materialidade dos ambientes construídos e na fisicalidade dos corpos sociais em trânsito.

Com tal movimento, o efeito que se quis gerar não foi a subversão ingênua ou a banalização de conceitos, levando o seu limite – este não foi o argumento estruturante da proposição. Mas a ideia formulada se apresentou justamente o oposto, ao sinalizar, entre outras questões, (i) a rejeição de um aparelhamento sistêmico que reproduz conceitos; (ii) a consequente desnaturalização teórica de conceitos aplicados à exaustão, e, por fim; (iii) a crítica à mecanização de práticas analíticas da paisagem (autoreferenciadas) que carregam o estandarte de uma opaca rotina

metodológica, que em tese, reescreve ideários, repete jargões, valida cânones e, por isso, institui outros, e assim congela um debate que, por natureza, está sob o signo da anamorfose pulsando através da reivindicação feita pelas forças produtivas *avant garde*. O que está em pauta é o interesse de se aprofundar no estudo de hibridismos culturais e práticas socioespaciais, mediante a reflexão teórica e a elaboração de um escopo conceitual que acolha a discussão de matérias pertinentes ao recorte temático e aos objetos que tem potencial de se estabelecer nas instâncias dos domínios da paisagem.



EPISTEMOLOGIA DOS ESTUDOS DA PAISAGEM I

Arcabouços teóricos e enclaves metodológicos

MEMÓRIA DE AULA – Sessão I

Beatriz Cruz Amback

Domitila Gomes Almenteiro

Gleison José Mendes de Souza Junior

Lucas Yudi Moriya Sampaio

O OBJETIVO DA SESSÃO DE AULA I, intitulada “Arcabouços teóricos e enclaves metodológicos”, foi percorrer acerca do entendimento do termo paisagem utilizando, para tanto, autores de distintas escolas teóricas. A matriz da primeira discussão foi estabelecida a partir de três recortes: no contexto da escola francesa, o livro *O gosto do mundo: exercícios de paisagem* de Jean-Marc Besse, considerando o primeiro capítulo “As cinco portas da paisagem – ensaio de uma cartografia das problemáticas paisagísticas contemporâneas”, “A(re)

significação da paisagem no período contemporâneo” de Maria Luchiari que aponta para a perspectiva brasileira e a pauta de trabalho de Denis Cosgrove, representante da escola aglo-saxã, com base em seu texto “Introduction to social formation and symbolic landscape”.

Os debates levantados na aula partiram desses textos e de outras referências que dialogam com as narrativas proposta pelos autores, englobando diferentes manifestações artísticas como música, cinema e dança. Vale ressaltar que o objetivo da aula não foi definir o conceito de paisagem, mas sim discorrer sobre as diferentes linhas teóricas, comparando a interpretação e representação das paisagens em diferentes contextos histórico-culturais e meios de linguagem.

“AS CINCO PORTAS DA PAISAGEM – ENSAIO DE UMA CARTOGRAFIA DAS PROBLEMÁTICAS PAISAGÍSTICAS CONTEMPORÂNEAS”

Jean-Marc Besse é um filósofo francês que estuda a paisagem e a cultura contemporânea. No primeiro

capítulo do seu livro *O Gosto do Mundo*, publicado em 2014, o autor traz a questão: *O que é a “paisagem” nas culturas espaciais modernas e contemporâneas?*. Para respondê-la, destaca cinco problemáticas paisagísticas do pensamento contemporâneo, que denomina como “portas da paisagem”. Besse discorre particularmente sobre cada um dos pontos mencionados e destaca que essas questões coexistem e criam todo o tempo correlações entre o ambiente natural e o construído.

A primeira porta, “A paisagem é uma representação cultural e social”, alinha elementos narrativos alusivos às representações pictóricas. A pintura torna-se um foco de seus relatos para pensar a formação da paisagem. Tais ideários apontam para algumas de suas constatações que, segundo o autor, também são compartilhadas por historiadores e filósofos da arte. Ele esclarece sua visão a partir de quatro pontos descritos a seguir.

O primeiro considera a paisagem como uma *realidade mental*, ou seja, um *modus operandi* de

se pensar e perceber a dimensão da vida na esfera cognitiva ou intelectual. Logo, tal visão de paisagem se refere à percepção subjetiva do indivíduo. A análise da paisagem, segundo essa abordagem, consiste na crítica de categorias, discursos, sistemas filosóficos, estéticos e morais, pois esses elementos são refletidos de múltiplas formas na paisagem e por essa razão necessitam ser interpretados à luz de diferentes campos disciplinares.

Esse fenômeno pode ser observado pelo primeiro disparador apresentado na Sessão de Aula, uma peça do Oratório “O Messias”¹, de Händel, marco musical do período barroco. A sonoridade evoca a paisagem de sua época, uma Inglaterra em cisão religiosa, representada por uma música de temática religiosa, que deixa um contexto extremamente dogmático, marcado por um forte controle da igreja, que por sua vez, assume um novo modelo de religiosidade, mais individual e burguês, representado pela liberdade de formas musicais ao longo da peça. Por outro

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2rz45TsQPME&ab_channel=TheatroMunicipaldeS%C3%A3oPaulo>. Acesso em: 20.jan.2022.

lado, a paisagem construída na música “Reconvexo”², segundo disparador apresentado, tratava de uma composição de Caetano Veloso cujos referenciais diziam respeito à sua estadia na Itália e ao conflito que se deu entre o compositor e um jornalista que criticava a cultura brasileira. A canção apresentava uma paisagem ufanista, alegre, que oferecia elementos locais da cultura do Brasil e a realidade do compositor. A atmosfera da canção atravessa um contexto pós-tropicalismo, de consolidação da MPB nos anos 1980 e de valorização de uma identidade nacional desse movimento após seus experimentos antropofágicos. Musicalmente, tais percepções são possíveis tanto pelo conteúdo da letra quanto pela sonoridade da melodia cujos recursos musicais induzem o movimento, a dança. É necessário ter a compreensão, através dos exemplos apresentados que, ao se tratar da paisagem como representação de uma realidade mental, deve-se estar atento às camadas poéticas e perceptivas,

² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FYZpzzbEvHo&ab_channel=CaetanoVelosoVEVO>. Acesso em: 20.jan.2022.

uma vez que essa é construída por alguém, neste caso, os compositores e consubstanciada mentalmente e imageticamente por outros sujeitos.

A questão da formatação da paisagem do exemplo anterior tem relação direta com o segundo ponto destacado por Besse, que, por sua vez, corresponde aos modelos pictóricos. Nessa concepção, a paisagem é uma vista emoldurada, como uma janela, estabelecendo relações entre interior e exterior, sendo “a paisagem” aquilo que está “no exterior”. O surgimento dessa relação viabilizou as representações de paisagens nas pinturas renascentistas. Nas pinturas de Rafael Sanzio, por exemplo, as figuras humanas são os protagonistas na composição pictórica em relação à paisagem, que é representada em segundo plano, desempenhando assim, a função de um cenário. É a partir desse período que a paisagem começa a alterar seu *status* na pintura. Seu caráter pictórico adquire progressivo destaque e se estabelece como elemento autônomo no século XVII.

O terceiro ponto se refere às representações sociais, tanto coletivas quanto individuais. Além da questão estética, elas também são construções econômicas, religiosas, filosóficas, científicas, políticas e até psicanalíticas. Além disso, a própria estética está sujeita aos valores culturais. Como exemplo do debate acerca de paisagens efêmeras, destacou-se a cerimônia de abertura das Olimpíadas do Rio 2016. Nesse evento, o estádio do Maracanã transformou-se em palco de múltiplos cenários paisagísticos: paisagens imaginárias do descobrimento do Brasil, ocas dos povos ancestrais, a praia de Copacabana, os morros cariocas, tudo apresentado em cenários de luzes e projeções que de uma forma ou de outra, apresentavam pontos de convergência sobre o imaginário coletivo de como se lê, narra e interpreta-se a paisagem da Cidade Maravilhosa.

O quarto ponto abordou a invenção de novas paisagens. Nessa ordem do debate, destacou-se a citação de Besse a partir de Alain Roger. Roger afirmava: “cada paisagem tem a sua própria linguagem”

e ainda acrescenta, “faz necessário a criação de novas linguagens para identificar novas paisagens que estão em processo de invenção”. Outro exemplo destacado na discussão, teve como base a paisagem imaginária criada para representar o mundo de Pandora, cenário do filme *Avatar*³. Tal referência apontou para a reflexão dos atributos presentes na paisagem que por sua vez, reforçavam as características ambientais forjadas a partir do imaginário da ficção científica construído a partir de processos de interação individual e coletivo com uma paisagem. Ou seja, o aparato tecnológico de um obra cinematográfica permeada por efeitos visuais oferecia visualidades que atravessavam o observador e prendiam a sua atenção. A visualidade das cores e texturas, as formas e sonoridades do filme transformava-se em uma “experiência pasiagística” que capturava a atenção e os sentidos a cada cena. Foi interessante observar diferentes reações à paisagem de Pandora ao

³ James Cameron, EUA, 2009.

longo da discussão. Para alguns, a pauta trouxe questões relevantes que desenhavam arcos simbólicos, como por exemplo, a formação de um ambiente florestal bucólico e atrativo, para outros, não despertou interesse, sendo apenas interpretado como um mero jogo de imagens que atendia a pretensões do filme.

A segunda porta citada por Besse, “a paisagem é um território fabricado e habitado”, considerou a paisagem como produção das sociedades por motivos econômicos, políticos e sociais, portanto o seu estudo envolvia as práticas de fabricação e os padrões de usos dos espaços. Sobre essa porta, o autor trazia duas constatações: “a paisagem é um espaço organizado” e “a paisagem é uma obra coletiva das sociedades”.

Ao tratar a paisagem como um espaço organizado, Besse reconhece que *pensar-paisagem* não é apenas uma questão relacionada à representação mental. Primeiramente, deve-se considerar que essa realidade objetiva, material e concreta, produzida dentro de um

conjunto de práticas e valores, apresenta-se como um ponto fundante desse debate. Portanto, a paisagem não deveria ser interpretada de forma fragmentada, mas sim diante de um contexto no qual seja possível dimensionar como a mesma reflete a inserção dos grupos sociais no mundo. Sobre esse tópico, o autor nota que a típica distinção entre a paisagem comum, produzida inconscientemente por uma coletividade, e a intencional, projetada conscientemente por profissionais, apresenta algo de incoerente. Em ambos os casos, fica a uma camada analítica a ser compreendida: qual seria o objetivo para a “organização de espaço” para responder às necessidades humanas.

No debate em classe, foram levantadas discussões sobre o uso indevido do termo “organização da paisagem”. Tal proposição frequentemente é empregada para descrever uma estruturação formal do ambiente, ideia esta que estabelece *grosso modo* uma ótica elitista na organização do tecido urbano. Diante de tal premissa, foi defendido que em qualquer paisagem, há inevitavelmente

uma organização orgânica. As favelas do Rio de Janeiro foram exemplos apontados no debate, uma vez que, por não corresponderem aos padrões de organização de bairros formais, as mesmas têm o seu tecido urbano tido como desorganizado.

Sobre a afirmação: “a paisagem é uma obra coletiva das sociedades”, Besse destaca o caráter temporal como um marcador relevante que se soma à existência de rastros simbólicos ou materiais da cidade. São eles que transformam o ambiente em lugares de memória. Diante desse contexto foram resgatados aspectos da memória urbana da cidade do Rio de Janeiro a partir do Parque do Aterro do Flamengo, espaço de grande destaque e considerado um cartão-postal que ecoa em seus espaços, entre outras coisas, artefatos do desmonte de morros do Centro da cidade. Em relação ao sentido da paisagem, o autor ainda afirma que esta exprime uma indagação a respeito do bem-estar ou da boa convivência das comunidades humanas.

A terceira porta, a “paisagem é o meio ambiente material e vivo das sociedades humanas”, apresenta a ideia da paisagem como ecúmeno humano, e também como a natureza e pode ser interpretada a partir do conceito de sistema.

Nessa ordem narrativa a paisagem é um ecúmeno humano porque ela também é vento, chuva, água, calor, clima, rochas, ou seja, tudo que cerca os seres humanos e não-humanos. Sendo assim, tal ideário consubstancia o ambiente que afeta, e é afetado pela ação e pensamento dos seres humanos. Por outro lado, esse ambiente se desenvolveria sem os seres humanos, pois estava ali antes dele e sobreviverá caso os humanos desapareçam. Ou seja, a paisagem sofre influência do homem e o influencia, mas não depende necessariamente de elementos vivos para existir.

Besse reconhece que a paisagem é natural e cultural. É onde a humanidade se naturaliza, e a natureza se humaniza e se simboliza. Dessa forma, o

autor defende que a paisagem não deva ser naturalizada e nem antropocêntrica, mas sim tratada como meio, ao mesmo tempo ambos. Sobre essa reflexão, foi apresentada um novo disparador: a instalação “Música Eólea”, constituída de uma série de dispositivos sonoros que produzem sons movidos pelo vento, da autoria de Pierre Sauvageot⁴.

A paisagem também foi vista de forma sistêmica como ponto de encontro entre decisões humanas e conjunto de condições materiais, incluindo fluxos de matéria e energia, trocas de informações, configurando-se como uma condição dinâmica. Este ponto reforçou a condição temporal da paisagem, de seus estados, e a situa no espaço e tempo.

Na quarta porta, a paisagem é entendida como uma experiência fenomenológica. Para esta compreensão é adicionada a dimensão do tempo e do objeto vivido pelo

⁴ Referência pode ser assistida em: [Artista faz vento tocar 500 instrumentos em instalação. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=rD38ojl-ZYeE](https://www.youtube.com/watch?v=rD38ojl-ZYeE), Acesso: 25.jan.2022.

sujeito, ou seja, a noção de experiência e historicidade. O debate considerou que, nesse caso, não deveria ser entendida como algo pré-definido, mas como uma dimensão a ser aprendida a partir de sua experiência e de sua interação. Três outros escopos surgem na quarta porta: a noção da experiência, a desobjetificação e desubjetivação da paisagem e a questão do estranhamento.

Em relação à noção da experiência, observou-se que diferentes atmosferas podem ser construídas e percebidas por meio desse aspecto fenomenológico e cognitivo. A paisagem tem uma relação determinada com a natureza, a exemplo dos traços bucólicos e tradicionais que pode ser encontrados na pintura flamenga. Quando se desloca o eixo análítico para o contexto atual, tendo como premissa os disparadores apresentados em aula — os filmes-animações *Up* e *Wall-E* da Disney/Pixar —, a natureza surge sob o signo de inúmeros estrangeirismos, ou seja, é habitada por personagens que oferecem em suas

narrativas um reflexo crítico da sociedade contemporânea.

A dialética objeto-sujeito, diante do contexto apresentado na porta em questão, subsiste em nuances fragmentadas que podem produzir “múltiplas imagens paisagísticas”. Para tanto, o disparador seguinte apresentado, focou na performance do grupo de dança americano Pilobolus que coreografou a música “Empire State of Mind” interpretada por Alicia Keys⁵. A imageabilidade da canção é concretizada por combinação de sombras, representando o além do objeto. A fisicalidade dos corpos cria possibilidades de ambientes e ambiências de diversas tipologias e morfologias relacionadas ao tecido urbano e socioespacial.

Em relação ao estranhamento, Besse discorre sobre o papel da poesia e das artes em representar a experiência da paisagem, abrindo espaço para o abstrato, para a *poiésis* em ação, que possibilita o absurdo e contradição. O poema *Odalisca Andróide*,

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cY3SfCr9400&ab_channel=hayykoo>. Acesso em: 20.jan.2022.

de Fausto Fawcett, surge como um novo disparador que narra experiências de sujeito dentro da esfera do imponderável.

A quinta porta: “a paisagem como projeto”, defende que a narrativa está pautada no âmbito da crítica do real. É ressaltada a importância da caminhada como uma forma ativa de se relacionar de maneira imediata e física com os elementos sensíveis do mundo. O caminhar, a partir, por exemplo, do flunar e da deriva, é uma forma de construir uma noção crítica do projeto de paisagem. É a partir dessa noção que o papel do paisagista contemporâneo pode demarcar uma jurisprudência para atuar sob o território, o meio natural e a sociedade de forma a construir paisagens que estejam contextualmente de acordo com suas plurais dimensões.

Tendo em mãos essa matriz, pode-se discutir ideias que dizem respeito ao projetar a paisagem, criar algo que já existe, ou atuar sobre uma dimensão intangível do espaço. Não se trata de remodelar, de construir do zero, mas de atuar simbioticamente com os meios, integrar-se.

O disparador utilizado para dimensionar tal questão foi a Casa Kauffmann, de Lloyd Wright, exemplo tradicional de arquitetura biofílica e que promove a arquitetura de forma integrada com sua base natural.

“A (RE)SIGNIFICAÇÃO DA PAISAGEM NO PERÍODO CONTEMPORÂNEO”

O segundo texto trouxe para a mesa de debates as questões tratadas pela geógrafa Maria Tereza Duarte Paes Luchiari, que atua nas áreas de pesquisa sobre patrimônio cultural, turismo e meio ambiente urbano. O texto é intitulado “A (re) significação da paisagem no período contemporâneo e integra o livro Paisagem, Imaginário e Espaço”, organizado por Zeny Rosendahl e Roberto Lobato Corrêa, e publicado em 2001.

Tendo como objetivo central desenvolver a afirmação de que a razão simbólica e constitutiva do processo de construção da paisagem, o texto aborda questões que envolvem a desnaturalização do processo de construção da paisagem, revelando a sua dimensão

cultural. A autora afirma que, aqueles responsáveis pelo preservacionismo e pelo ambientalismo, possibilitando a proteção de ecossistemas, foram os mesmos que selecionaram paisagens naturais para serem mercantilizadas, que passaram a ser transformadas em novas territorialidades das elites urbanas, restringindo e excluindo antigas práticas sociais de subsistência de populações tradicionais. Desta forma, o acesso de forma seletiva a essas paisagens (litoral, montanhas, florestas) tornou-se privilégio, atuando como forma de distinção social, contribuindo diretamente para o fortalecimento da desigualdade social. Essa paisagem como um “privilégio” foi exemplificada com a pesquisa de dissertação sobre a paisagem nos acampamentos do Movimento Sem Terra (MST) de Vanessa Rodi.

A partir dessa abordagem social, o texto apresenta um retrospecto, partindo da natureza à invenção da paisagem, propondo uma relação entre ao ambiente natural antes da revolução agrícola. O período em questão

está diretamente ligado à manutenção da rotina e à distância das ameaças naturais, ou seja, a questão está circunscrita a apropriação da natureza à esfera local. Após esse período, o texto trata da tecnificação do planeta, onde otimizou muitos processos e ajudou a controlar diversas ameaças naturais, porém, não eliminou preocupações que envolvem a problemática da base territorial da sociedade.

Foi possível observar que, em cada época, o imaginário coletivo define a concepção social de natureza e a traduz, transformando-a em artefatos materiais e simbólicos, ou seja, em cultura. Sua tradução mais completa foi registrada na história pela elaboração do conceito de paisagem, que, longe de ser apenas um modelo abstrato de compreensão do meio, tornou-se também uma materialidade por meio da qual a racionalidade humana organiza os homens e a natureza em territórios.

Nas paisagens decaídas do final do século XX e nas ideologias fundadoras do meio ambiente, os vestígios da Segunda Guerra Mundial acabaram por

contribuir para a transformação da paisagem natural. Nesse sentido, o termo “morte da paisagem” passou a ser utilizado com frequência e alinhou outras questões que fundamentaram outros pontos de fuga para pensar a degradação do ambiente dito natural. Segundo a autora, esse contexto mostra que a compreensão da paisagem atualmente está diretamente relacionada à preocupação ecológica. Contudo, se consideramos que as paisagens são construídas socialmente, elas não se esgotam: o que se esgota ou degrada é determinado recurso natural ou usos indiscriminados da paisagem. Sendo assim, os recursos naturais podem se esgotar, mas a paisagem é transformada em outra, ainda que numa lógica perversa, destituída de beleza e de riqueza natural.

“INTRODUCTION TO SOCIAL FORMATION AND SYMBOLIC LANDSCAPE”

O terceiro texto debatido, de autoria de Denis Cosgrove, geógrafo cultural britânico, teve como foco de estudo a paisagem e a humanidade. “Introduction

to social formation and symbolic landscape” compõe o livro *Landscape Theory*, editado por Rachel Ziady DeLue e James Elkins, e foi publicado em 2008. O texto faz um retorno ao livro de Cosgrove, publicado em meados dos anos 1980, que agora após mais de uma década, reflete sobre as mudanças de perspectiva do autor sobre a formação social da paisagem e seus simbolismos, considerando os reflexos e críticas de sua tese original.

O autor trata da formação social da paisagem sob uma abordagem marxista, pautada na subordinação de expressões culturais e materiais vinculadas aos imperativos da política e economia. Em distintos momentos busca refletir sobre as formulações que transitam entre o feudalismo, o capitalismo e suas implicações e desdobramentos na paisagem, reconhecendo que essa transição através desses períodos não se deu de forma uniforme, mas sim pautada por avanços e retrocessos, como pode ser atestado no campo da história e geografia.

Nas suas argumentações, também foi discutida a transição histórica e social do “ser moderno”, que por sua vez, alterou a relação entre a sociedade e a Terra de forma complexa, não somente por questões de propriedade, mas também por meio de valores culturais emergentes.

Outra crítica de Cosgrove é dirigida ao monopólio masculino e da visão no tratamento da paisagem. A desconexão com qualquer aspecto corpóreo e sexual, e a ausência de aspectos sobre como a identidade de gênero é importante para a incorporação subjetiva da paisagem são críticas à visão reduzida original do autor. Deve-se, portanto, considerar os desejos sexuais e relações de poder na interpretação e representação da paisagem. Cosgrove também reconhece a questão eurocêntrica do trabalho, e a importância de como a expansão europeia e o reconhecimento do Novo Mundo mudou as visões de paisagem da época.

Entende-se que a harmonização socioambiental não apresenta apenas uma função estética, mas sim

ideológica. Portanto, o discurso por trás da construção de determinada paisagem também exerce influência sobre a sua percepção pela sociedade. A construção da cidade de Palmas, capital de Tocantins é um exemplo que reforça tal perspectiva. Embora a cidade tenha sido fruto de um intenso desmatamento, ela surgiu sob um discurso ambiental. Apesar da incoerência apontada, nota-se que tal narrativa ainda exerce uma influência distintiva no imaginário da população.

O autor também chama atenção sobre a forma de ver a paisagem e como ela ao longo do tempo foi alterada com novas tecnologias do século XX, como a fotografia, o motor de combustão interno e as autobahnen. Adicionalmente, reconheceu que não deu enfoque, em sua obra inicial, à questão ambiental e às relações entre sociedade-natureza e suas implicações com o recorte temático do estudo da paisagem. Por outro lado, Cosgrove discorreu sobre o inevitável reconhecimento da cultura ocidental considerando as questões ambientais

em constante mudança na história e como este processo se alinha nos contornos da Terra, sendo, portanto legível na paisagem.

Sobre o ponto de vista simbólico, a reflexão ainda apresenta uma visão de produção de vida material por meio de uma arte coletiva sustentada por códigos de comunicação. Esses códigos são expressos por meio de manifestações culturais e deixam marcas na paisagem e na forma como ela é lida e representada. Tem-se então um ambiente representado também como uma construção simbólica. Não há, por outro lado, a intenção de formular um significado universal das relações simbólicas da paisagem, mas sim um intuito de revelar o poder da memória social em moldar identidades na presença humana na Terra.

O debate ainda comparou as abordagens de Cosgrove e de Besse em relação às paisagens simbólicas. Cosgrove é mais racionalizante e crítico em relação à produção simbólica que é colocada às pessoas, visto que ela vêm da ordem do capital. Enquanto Besse busca dissecar e

discorrer sobre as diferentes abordagens empregadas no conceito de paisagem, Cosgrove desconstrói tais concepções sobretudo aquelas presentes na forma como a sociedade a simboliza em seu habitat.

A partir dos recortes apresentados pelos textos e da perspectiva oferecida pelos autores foi possível adentrar diferentes camadas desse arcabouço teórico e assim, poder enfrentar determinados enclaves metodológicos estabelecidos na epistemologia dos estudos da paisagem.

REFERÊNCIAS

BESSE, J. Marc. *O gosto do mundo: exercícios de paisagem*. Rio de Janeiro: UERJ. 2014. [As cinco portas do conhecimento – ensaio de uma cartografia das problemáticas paisagísticas contemporâneas, p. 33-61].

LUCHIARI, Maria Thereza Duarte Paes. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo *In*: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001, [p. 9-28].

COSGROVE, Denis E. Introduction to social formation and symbolic landscape *In*: DELUE, Rachael Ziady; ELKINS, James. *Landscape Theory*. New York: Routledge, 2008. [p.17-42].



EPISTEMOLOGIA DOS ESTUDOS DA PAISAGEM II

História dos lugares e construção dos
cotidianos

MEMÓRIA DE AULA – Sessão II

Amanda Ribeiro Carneiro

Francianny Moraes

Lorena Maia Resende

Vanessa Sartori

O TEMA DA SEGUNDA AULA se refere a “História dos lugares e construção dos cotidianos”. Assim, a partir de uma linha histórica, foi possível perceber como a noção de paisagem foi desenhada e como é vista pela sociedade ocidental. Trata-se de termos complexos sob o ponto de vista sociológico: história, lugar e construção dos cotidianos. Para isso, foi feita uma relação epistemológica entre as escolas de paisagismo inglesa, norte-americana e brasileira, e assim, foram abordados três textos guias: *O homem e o mundo natural*, do britânico Keith Thomas;

Paisagem e memória, do norte-americano Simon Schama e *A natureza do espaço*, do brasileiro Milton Santos. A partir desses autores e do recorte temático, fomos estimulados a considerar a história no ato da pesquisa, buscando compreender a trama em que foram construídas certas narrativas e, dessa forma, evitar cair em narrativas pautadas pela sociologia espontânea e os discursos “proféticos”.

Para início do debate e da exposição dos principais pontos dos autores, três disparadores foram apresentados e em cada um deles, a ideia de natureza e paisagem mostravam força, complexidade e em parte indicavam camadas do debate que o recorte temático da aula estabelecia: a primeira comlova em questão aspectos relevantes do projeto do Parque Madureira⁶, espaço pasiagístico localizado na periferia da cidade do Rio de

⁶ PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Parque Madureira | Rio Sempre Presente. Youtube, 17 de julho de 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rHQdzjTpOR4>>. Acesso em: 20.jan.2022.

Janeiro; a segunda era referente ao Bosque Rodrigues Alves⁷, em Belém; e, a terceira e última, ligada a publicidade da loja de departamentos sueca H&M⁸.

O *marketing* publicitário do Parque Madureira remeteu a uma noção de paisagem que mescla natureza com tecnologia, reforçando a questão da sustentabilidade por si só atrelada a instrumentos e ferramentas criadas pelo ser humano para produzir “energia limpa”. No vídeo, um dos engenheiros responsáveis pelo projeto e obra relatou que cada detalhe foi meticulosamente pensado, desde a iluminação, a redução de energia, até a proposta de sustentabilidade e tecnologia aliada à plantação de várias espécies vegetais, sugerindo assim um controle automatizado do parque. A campanha é realizada pela prefeitura da cidade com o lema “Rio sempre presente”,

⁷ Bosque Rodrigues Alves: ORLANDO, Alan. *Bosque Rodrigues Alves - Belém*. Youtube, 10 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9_T4Vf1A84I&t=4s>. Acesso em: 20.jan.2022.

⁸ Loja de Departamento H&M: *H&M. ERDEM x H&M: The Secret Life of Flowers* by Baz Luhrmann. Youtube, 2 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PEANC3ipyws>>. Acesso em: 20.jan.2022.

na qual enfatiza a construção do parque em um processo de revitalização de uma antiga área degradada, limitando assim esta descrição somente ao terreno do projeto.

O segundo disparador, o vídeo sobre o bosque Rodrigues Alves, em Belém, foi retratado o jardim botânico da cidade como uma amostra da Floresta Amazônica, enfatizando as características da fauna e flora. Um ponto de destaque foi a historicidade presente nas edificações preservadas e nas estátuas que remetem ao folclore da região, ativando, em certa medida, a memória afetiva da população da cidade. Portanto, esse segundo vídeo traz à tona questões fortes da naturalização, da historicidade e memória do local e da paisagem.

Por fim, o terceiro disparador trouxe a pauta de discussões uma outra peça de *marketing*, nesse caso, a loja de departamento sueca H&M que retratou o *Reddham Gardens*. Nesse lugar, tudo que surge aos olhos do observador revela: “em *Reddham Gardens* sempre primavera”. O interior da residência ganha destaque pela presença em

profusão de vegetação. As flores são de múltiplas espécies e surgem em cores vibrantes seduzindo assim o olhar e encantando o espectador. A “natureza” praticamente “invade” o espaço edificado e cresce livremente e de forma espontânea, uma referência clara ao “mito selvagem”. Dessa forma, percebe-se um nítido domínio e protagonismo da natureza em relação ao ser humano, mero figurante.

Interessante notar que os três vídeos relatam uma naturalização da natureza como refúgio, algo para enaltecer o espírito e para o descanso. Enfatiza-se também a forte influência desse ideário pela herança cultural judaica-cristã do Paraíso, atrelando elementos da natureza com o Jardim do Éden, ideário de que o Paraíso é o jardim que a sociedade idealiza e deseja. Dessa forma, a natureza amarra as narrativas que compõem a paisagem construída, tornando-se uma espécie de naturalização. Ficou a partir desses disparadores o seguinte questionamento: quais os jardins do Éden projetamos no nosso dia a dia?

No entanto, os textos propostos para reflexão, divergem sensivelmente do entendimento relacionado a naturalização sinalizado pelos disparadores. Em uma direção oposta, os autores indicam caminhos alternativos para pensar historicamente as relações entre sociedade e natureza e ainda reinteram que tal relação nunca foi equânime, fato exemplificado pelas transformações que ocorreram nas florestas da Europa que desde o século XVIII foram progressivamente subtraídas. Assim, entender as nuances das narrativas acerca do conceito de paisagem, mediado pelas relações firmadas pela sociedade, possibilita elevar o nível da discussão. Para tanto, ainda é necessário incluir nesse contexto os diferentes atores sociais e as distintas percepções que cada um deles formula sobre o seu ambiente construído ao longo da trajetória histórica da cidade, sem esquecer, obviamente, os não-humanos.

O DILEMA HUMANO – KEITH THOMAS EM “O HOMEM E O MUNDO NATURAL”

Keith Thomas elenca diversos pontos no seu texto que convergem para o dilema humano em relação ao mundo natural, sem ter a presunção de resolver, mas sim elucidá-lo, trazendo exemplos – por meio da apropriação histórica – que constitui sua narrativa. É relevante a reflexão de cada um dos pontos abordados e a aproximação que se estabelece em relação aos conceitos de meio ambiente, da lógica do habitar como também, os modos de enxergar a paisagem.

Cidade ou campo?

Partindo de uma perspectiva pautada pela revolução industrial, fica evidente o que faz parte do urbano e o que faz parte do rural. Nesse sentido é possível traçar uma linha imaginária na paisagem que separa os esses dois “territórios”. De um lado, o tecido denso e super ocupado da cidade, com suas construções e indústrias com chaminés espalhando fumaças carregadas pelo ar; do outro, os vastos campos cultivados, os bosques, os

animais selvagens e os camponeses. Esse marcador apresentado revela que acreditar que ambos estão separados é uma ilusão, uma vez que a cidade depende do campo em primeiro lugar. Sem o alimento que vem das terras cultivadas não há como suprir uma população cada vez mais crescente nos meios urbanos, não tendo assim condições de o ser humano urbano exercer seu trabalho, seja um operário no setor industrial, seja um comerciante burguês. A constatação de Thomas deixa claro a divisão de ambos, mas ainda assim, aponta para argumentações que refletem como essa dicotomia se estabeleceu ao longo do tempo.

Um dos primeiros pontos abordados pelo autor se refere à questão do desejo pelo campo por parte das classes dominantes das cidades. Entre os séculos XVI-XVIII o campo era visto como algo belo e sedutor: “os habitantes urbanos viessem a ansiar pelas delícias imaginadas da vida rural”. Nesse período o campo era considerado como um local mais saudável em relação à

cidade, uma vez que o aumento da poluição do ar, da água e a insalubridade estava atrelado ao crescimento das cidades devido a inserção das indústrias. Tal fato colaborou para que os burgueses da classe média não permanecessem na cidade todo o ano, viajando para casas de veraneio no campo em visitas recorrentes. O autor ainda cita o caso de comerciantes londrinos que optavam em morar no campo, mesmo considerando a necessidade de percorrer longas distâncias diariamente entre a casa do campo e a cidade para trabalhar. Ou seja, o campo era o lugar mais saudável para as famílias. Seguindo adiante nas reflexões apresentadas no texto, foi possível criar chaves analíticas entre aquele contexto histórico ao panorama atual.

Um outro e significativo exemplo que desponta nesse estudo se refere ao surgimento em larga escala de empreendimentos imobiliários afastados dos centros das cidades, destinados às classes mais abastadas, com a promessa de imersão na natureza, tranquilidade e saúde.

Geralmente são os *gated communities* ou condomínios fechados, onde há a ilusão de estar em um paraíso, longe do caos e da poluição da cidade e do trabalho em si. Percebe-se então narrativas romantizadas do campo, na qual as famílias de classe média-alta conseguiam enxergar (e ainda enxergam) somente o bem-viver, o refúgio, o descanso e a paz de espírito no meio rural. Não se dão conta de que o campo também é local de trabalho árduo e de dificuldades, sendo esses elementos que formam o cotidiano no meio rural. Sendo assim, a desigualdade no campo indica determinados limites que definem o conceito de Arcádia, o que por sua vez, reforça a equivocada noção projetada de camponeses autosuficientes, fato esse irreal.

Apesar dos descompassos apresentados, a noção de beleza das cidades aparentemente ainda se aproxima da estética natural e bucólica do campo, realçando o dilema de unir a utilidade das relações sociais e econômicas das cidades com a fisicalidade do ambiente rural questão

até hoje não “resolvida”, se é que há solução possível. Antes de finalizar este ponto, deve ser feito um adendo que diz respeito a algumas obras do pintor Jean-Honoré Fragonard, dentre as quais *O balanço* e *O encontro*. Nas obras se percebe como é representada a paisagem, expressando a sensibilidade, poesia, arte e cultura de uma Europa no século XVI-XVII; ressaltando narrativas que fortalecem uma paisagem na qual os elementos naturais ganham destaque e vínculos mais íntimos entre a sociedade e a natureza. O cenário bucólico e a atmosfera mística das pinturas transportam o observador para uma mistura de sensações, trazendo à tona o idealismo que o campo e a natureza proporcionam. Diante desse contexto, nota-se como a arte contribui para o discurso paisagístico, para a romantização do campo e da natureza, demonstrando como as classes dominantes poderiam sentir e usufruir das paisagens camponesas e naturais, distantes da cidade.

Lavoura ou terra inculta?

O segundo tópico proposto por Thomas enfatizou a mudança de pensamento e percepção acerca das dualidades entre homem *versus* natureza ou utilidade *versus* beleza no decorrer da história. Em uma primeira fase, de avanços das fronteiras agrícolas, as terras necessitavam ser cultivadas por uma questão de sobrevivência ligada à alimentação, mas também associada a uma beleza morfológica na composição das linhas retas das técnicas de cultivo. No final do século XVI o campo em seu estado natural era visto com desagrado, as montanhas intocáveis eram lidas como perigosas, improdutivas, uma vez que a beleza estava no domínio da paisagem pelo homem.

Porém, no final do século XVIII, o discurso muda completamente e, concomitante a ele, o desenho dos jardins ingleses que enfatizavam o gosto pelo informal, pelas formas orgânicas, próximo da imagem do campo não cultivado. Se antes as montanhas intocáveis eram

consideradas improdutivas, agora sua imperfeição natural relatava a história do curso dos rios, a possibilidade de renovação espiritual, de inspirar emoções e devaneios. O próprio discurso teológico contrastava drasticamente, primeiro “Deus deu a terra para ser cultivada”, depois “toda obra de Deus obedecia a um propósito”.

O autor relata que possíveis explicações para essa nova mudança de pensamento podem ser definidas pelo avanço da comunicação e pela facilidade das viagens ao campo – somente por uma parte da sociedade. Além disso, o conforto proporcionado na cidade instigou o desejo pelo risco do desconhecido da natureza selvagem. E, para fortalecer ainda mais esse ideário, os amantes do pitoresco eram enfáticos quanto ao desgosto pelo formalismo e organização linear dos arbustos e retângulos perfeitos das divisões das culturas. Assim, o paisagismo da jardinagem trazia formas cada vez mais próximas do natural, curvas ao invés de retas, inspiração nas formas da natureza imperfeita. Um paralelo realizado em sessão de

aula foi a análise do projeto do paisagista francês Gabriel Thouin no parque Jardin des Carrières, uma extensão dos jardins de Versailles. No projeto ele uniu os distintos estilos de jardins, da regra pura e ortogonal das retas até as curvas sinuosas. Um passeio por locais silvestres, rústicos, românticos, chineses, na inserção de elementos estrangeiros.

Avançando um pouco mais nesse contexto, Thomas ressaltou a diferença da posição social econômica, da educação e da intelectualidade que influenciavam diretamente no gosto e na percepção da paisagem. Ou seja, o gosto pela paisagem natural irregular atraía muito mais a classe de grande poder aquisitivo do que os pobres, trabalhadores do campo, agricultores que enxergavam a terra como sustento e não como cenário de contemplação. Assim, a valoração do cenário rural dependia do conhecimento intelectual, como se os pobres não conseguissem acessar, compreender a beleza selvagem e espiritual da terra improdutiva, pois ver uma

terra inculta não era problema para aquele que não passa fome.

Conquista ou preservação?

Em “Conquista ou preservação?” novamente o autor britânico costurou uma escrita dicotômica sobre os conflitos entre utilidade e beleza, produção e consumo, corpo e espírito. O diálogo entre natureza, agricultura e botânica, às vezes aliados e outras destoantes, contribuíram ao imaginário compositivo da paisagem. Enquanto os jardinistas apreciavam as flores cultivadas e depreciavam as flores silvestres, os artistas já tinham outra percepção ao considerar as flores silvestres como belas plantas para decoração e pintura. De forma semelhante, os agricultores diferenciavam as culturas a serem plantadas das ervas daninhas a serem destruídas, ao passo que os botânicos já viam propriedades medicinais nas ditas ervas daninhas. Assim, a partir dos distintos pontos de vista, campanhas de preservação da

vegetação nativa e legislações para proteção dos animais foram se delineando.

De certa forma, o conhecimento botânico e da natureza era sinônimo de poder e controle. Não obstante, a construção do zoológico tornou-se símbolo de conquista colonial. Ter a posse de animais exóticos significava riqueza e *status*, além do triunfo do homem sobre o mundo da natureza. No entanto, a organização e domínio da natureza através do alinhamento de cercas, podas de árvores e confinamento de animais expressavam o lucro e a força do capital e não necessariamente a beleza. Os poetas e artistas são referenciais valiosos para época no que diz respeito às escolhas pela representação do belo, sobretudo pela descondiança que nutriam pela interferência humana na natureza. Thomas, cita William Marshall (1796): “O homem de negócios e o homem de gosto raramente estão unidos na mesma pessoa”, e tal afirmativa ainda pode ser aplicada em tempos contemporâneos se o gosto em questão estiver aliado às ideias preservacionistas dos ambientalistas;

ainda que hoje existam discursos de preservação frágeis, camuflando a face perversa da exploração da natureza e o desrespeito crescente pela ordem ecológica em escala global.

Morte ou mercê?

A última abordagem, “Morte ou mercê”, a discussão gira em torno do extermínio, domesticação ou preservação dos animais, incluindo as questões de vegetarianismo no final do século XVIII e início do século XIX. Esse debate embora pareça atual, visto a popularização do tema nas escolas e na publicidade, é na verdade uma discussão antiga devido à complexa relação ancestral entre a sociedade e os animais. Muitos são os questionamentos e argumentações: (i) matar animais seria um ato de crueldade ou um ato de sobrevivência? (ii) o vegetarianismo como um sentimento poético ou uma convicção autêntica? A igreja entendia que comer carne era um ato repugnante

e demonstrava a fraqueza do ser humano, tanto que os processos religiosos de abstinência de carne serviam para limpeza e triunfo do espírito. No entanto, no século XIX outra corrente de pensamento questionava o discurso do vegetarianismo, uma vez que a planta é um ser vivo e também é ceifada a vida, “nem ela [a natureza] se rebela mais ante a morte de um boi que o corte do feno ou do trigo”. Assim, com a narrativa apoiada em uma morte “menos cruel” e no aproveitamento do que a natureza oferece à sociedade, os defensores carnívoros afirmavam o direito de matar para comer. No entanto, os carnívoros isolavam os matadouros e frigoríficos, e ocultavam as cabeças e algumas partes do corpo do animal, abstraindo sua composição para, de uma certa forma, “apagarem” o lado cruel da morte.

De maneira geral, o fragmento de texto escrito por Thomas enfatizou o predomínio do homem sobre a natureza, mas que entra em contrassenso com as sensibilidades morais e estéticas do ser. O autor faz

uma interessante analogia ao indicar as fantasias que o próprio homem cria para sua satisfação moral e estética. Por exemplo, as crianças são alimentadas com carne e dormem com os bichinhos de pelúcia, assim como os parques naturais nas cidades que funcionam como os bichinhos de pelúcia das crianças. Há um imaginário quase que coletivo do belo, da tranquilidade da natureza e do campo, que é replicado, desenhado e desejado por várias crianças no jardim de infância, ou mesmo no discurso de adultos, mas que reside e convive com a densidade urbana, longe e fora de tal cenário. Dito isso, o autor concluiu que o próprio ideário de preservação da natureza serve para atender aos interesses do ser humano, não é um ato caridoso. Comprovada que a qualidade de vida é melhor se houver uma preservação racional do meio ambiente, também será desejada. No entanto, os conflitos entre a exploração e a dominação de outras formas de vida e o bem-estar, conforto e sensibilidade

do ser humano entrarão em embate constante. Por isso, a historiografia e as transformações da sociedade auxiliam na percepção das camadas que compõem a paisagem.

**ARCÁDIA REDESENHADA – SIMON SCHAMA EM
“PAISAGEM E MEMÓRIA”**
Et In Arcadia Ego

Para o autor sempre houve dois tipos de arcádia – idílica e agreste, sendo fruto da imaginação urbana, uma ideia de dualismo nas percepções da natureza e de sua paisagem, um lugar bucólico e um lugar primitivo, discussões cada vez mais acentuadas na sociedade inglesa. Um cenário que representa uma nova proposta, ou seja, um novo produto na relação entre a natureza e a sociedade. O texto induz questionamentos de como essa dualidade pode interferir ou reconstruir nossos preceitos quanto à construção das nossas paisagens, tornando-se um desafio em perceber a paisagem e suas mutações diante as várias ocorrências desse espaço físico, contrastes e anseios esboçados pelo homem.

Primitivos e pastorais

Em meados do século XIX, o diálogo entre sociedade e natureza faz surgir outros fundamentos para a reformulação do espaço, especialmente a partir de narrativa pautada pelo higienismo e salubridade pública. A medicina em grande parte vai apresentar perspectivas diferenciadas que acabam por se tornar uma referência recorrente para se pensar cultura e natureza. Certamente a questão estava atravessada pelos binômios morte e vida, doença e cura, sobretudo considerando os miasmas e os problemas pandêmicos que o século XIX oferecia às cidades. Esses aspectos geravam tensão e criavam entraves entre sociedade e o território, ou melhor, o uso desse território.

Os gestores passam a produzir meios para a construção de ambientes salubres, utilizando para tanto a ideia de contato com a natureza para se atingir esse objetivo. Portanto, havia a importância de se ter preservados os aspectos físicos da natureza, uma vez que a proximidade com um espaço natural humanizado

implicaria em equilíbrio para o corpo social e, consequentemente, o estabelecimento de um ambiente no qual o pensar a natureza próxima era uma possibilidade real de antever melhorias ao futuro.

Rusticidade e desordem

Neste item, o autor direciona para uma reflexão de como nossas referências são empregadas ou dissociadas da paisagem. A produção da atividade humana pode acarretar contradições ou interpretações utópicas. Uma forma de observar uma relação metabólica com o mundo, consiste em compreender como a sociedade modifica e muda a si mesma através de seu trabalho e suas próprias interpretações construídas acerca da temporalidade da paisagem.

Uma arcádia para o povo

Como seria possível pensar em uma arcádia? Muitas relações e conexões da paisagem passam a ser questionadas, considerando em particular quais seriam

as bases que essa relação do campo com a natureza reforçaria a necessidade de um bem maior. Diante desse contexto criam-se distintos paradoxos afinal, ele faz surgir um apreço pela beleza, espiritualidade e simplicidade do campo, o que por sua vez, seria uma contradição com o espaço produzido pelo capitalismo e pela industrialização nas cidades que justamente vai em direção oposta.

A arcádia atrás de um vidro

Neste item, o contexto aborda o pensar em uma natureza projetada, espaços fora de uma realidade cotidiana. Áreas que trazem a natureza para a cidade, como os parques e zoológicos inseridos no contexto urbano – assim como Thomas relatou em seu livro. Temos a proposta de comercialização de uma arcádia idealizada, uma paisagem pós-orgânica, projetada para interagir com as deformidades do espaço urbano proveniente do capitalismo.

O LUGAR E O COTIDIANO – MILTON SANTOS EM “A NATUREZA DO ESPAÇO”

A contribuição do geógrafo Milton Santos foi fundamental para amalgamar as contribuições dos outros autores aos disparadores audiovisuais e imagéticos exibidos ao longo da aula. Em uma escrita que pode ser considerada ainda contemporânea, o autor disserta sobre os impactos da globalização na apreensão de mundo. Os conceitos de lugar e cotidiano estabelecem a conexão da corporeidade no território, tangenciando questões sobre a paisagem.

Milton Santos ao olhar para aspectos dentro do contexto brasileiro, se utiliza da linguagem da geografia para abordar – dentro de uma perspectiva decolonial – o rompimento com práticas e referências estrangeiras (mesmo que utilizando delas para sua base teórica). A velocidade de mudança trazida pela globalização, estruturada em moldes capitalistas, traz reflexões a respeito de aproximações e afastamentos.

O processo de apreensão de uma situação ou de um lugar exige a inclusão das relações intersubjetivas que as caracteriza, como em um jogo, há diversos atores e agentes, humanos e não-humanos em conexão constante. Santos irá explicitar a presença do “prático-inerte”, ou seja, da cristalização de experiências passadas que também fazem parte da configuração do espaço e da paisagem, e interage com os sujeitos.

Quanto à questão do papel da proximidade, o autor pontua que não se limita a um fator de distância física, mas também a continuidade entre as interrelações pessoais. Proximidade que pode criar solidariedade, reforçar laços culturais e proporcionar identidade. Exemplifica a cidade como o lugar onde há mais mobilidade e encontros, sendo que o maior potencial se encontra nas cidades dos países subdesenvolvidos, devido a diversidade e heterogeneidade dos sujeitos em níveis diferentes de renda. A espacialidade e divisão do território impõe a interdependência como uma prática, haja visto as relações de vizinhança e de trabalho

coletivo entre desconhecidos. É dessa forma que a cultura popular consegue sobreviver perante as várias tentativas de supressão da cultura de massas, fortalecendo a crítica da repetição do cotidiano e promovendo pequenas rupturas.

Segundo o autor, a construção do cotidiano está relacionada ao movimento dos sujeitos em suas práticas, que incluem apropriações diante das necessidades inerentes aos processos de ocupação do espaço. De acordo com Santos, esse cotidiano é passível de análise pelas paisagens e suas irregularidades – ou rugosidades, e as imagens elaboradas a partir dessa construção. Perceber a complexidade desta equação e os fatores que a permeiam, permite uma análise ao mesmo tempo próxima e afastada.

O espaço se opõe e se confunde com a globalidade. O tempo e o espaço são coexistentes e convivem com diversos conflitos. Dessa forma, o espaço geográfico pode ser lido como espaço de ação e como uma estrutura de

controle, ou seja, ao mesmo tempo que convida, limita a prática. Essa afirmação reforça que o espaço é poroso, porém seletivo, assim como a globalização. Quem pode praticar o espaço? Quem apreende a paisagem, parte de qual lugar e de qual cotidiano?

A partir do momento em que nós, como sujeitos, vivenciamos a paisagem a partir da influência de narrativas cuja base estrutural se encontra sob a ótica estrangeira (escola americana e escola inglesa, por exemplo), somos levados a refletir como seria o rompimento com essa condição. Milton Santos provoca o questionamento dessa natureza, em conjunto ao estímulo de uma ocupação do lugar dessas narrativas.

Assim como Keith Thomas, Milton Santos também destaca a desigualdade social como um ponto importante para se levar em conta quando se trata de lugar, cidade, cotidiano e paisagem. No entanto, Santos avança um pouco mais que Thomas ao perceber o grande potencial que os pobres exercem nas cidades, fortalecendo a

diversidade socioespacial e nos ensinando outras formas de apreensão. Se, a princípio, o corpo social veloz era a força motriz da cidade, hoje se percebe que são os corpos lentos que a comandam o tempo. Afirmção justificada pela captura das imagens da cidade que são lentamente armazenadas e observadas por esses seres lentos, em contrapartida da mobilidade veloz que não consegue depreender dos detalhes urbanos. As táticas que os pobres criam na cidade fogem do racionalismo e da manipulação dos ricos, enxergam o futuro na projeção dos desejos éticos e políticos.

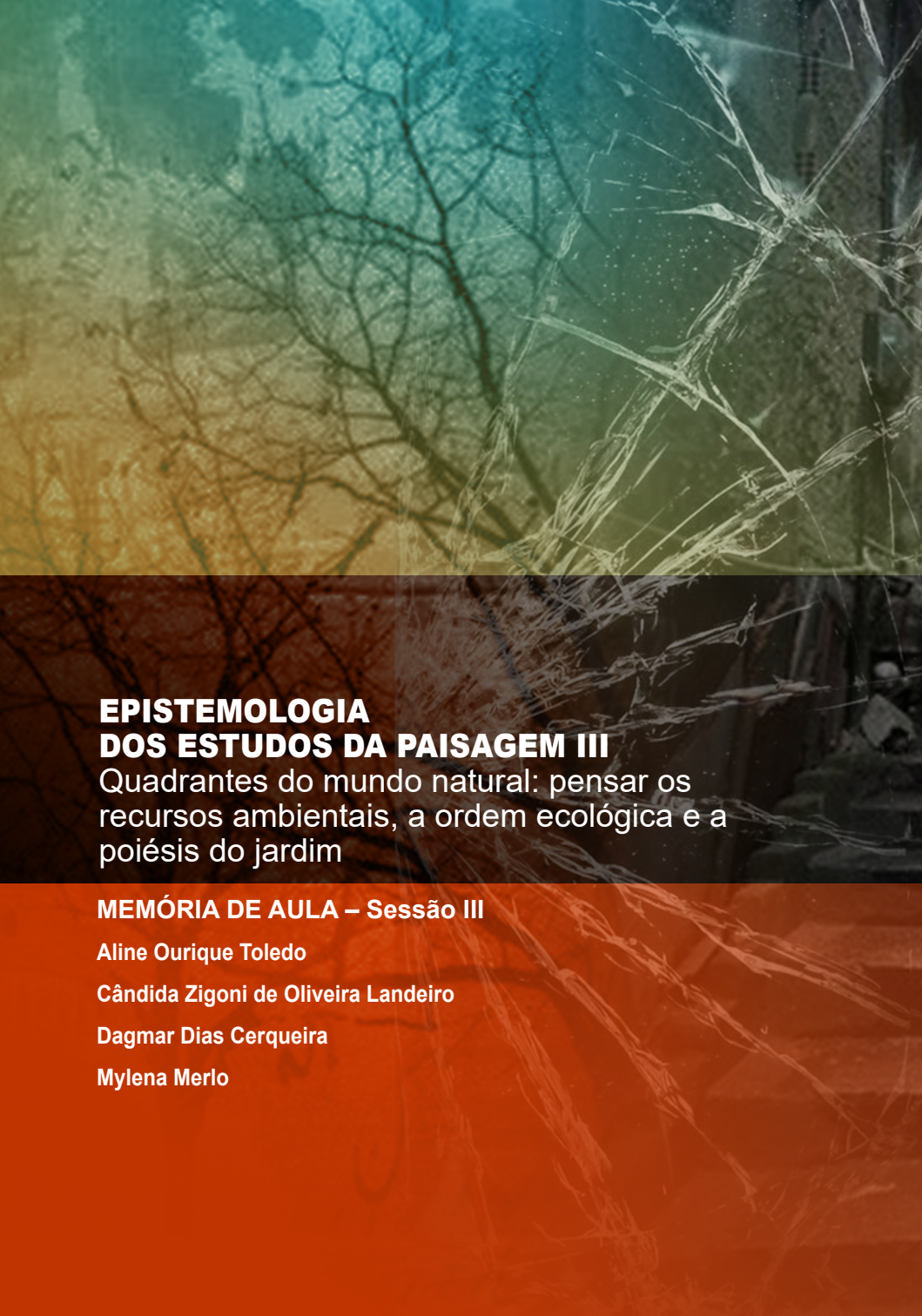
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as conversas e argumentações em aula ficou nítido o desconforto ou certo incômodo por parte dos participantes quanto à tentativa de delimitação entre natureza e sociedade ou mesmo entre campo e cidade, utilidade e beleza, como se fossem passíveis de demarcação. Os conceitos abordados sofreram – e

sofrem ainda – mudanças, estabelecendo-se através do tempo às vezes como antagônicos, em outras como complementares. Talvez o caminho do meio, do hibridismo, da espessura que acolhe tanto um como o outro seja o mais assertivo. Pois, assim como na natureza existem as faixas de transição entre biomas, ou mesmo as ocupações de borda no contexto urbano, tais conceitos são também permeáveis e conectáveis a múltiplas portas dificultando o traçado de uma linha rígida de entendimento. O próprio fato de desejar dividir esses componentes contraria a própria essência efêmera dos acontecimentos na paisagem.

REFERÊNCIAS

- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Cia de Bolso, 2010, [O dilema humano, p. 343-428].
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Cia das Letras, 2009, [A arcádia redesenhada, p. 513-573].
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2009. [O lugar e o cotidiano, p. 313-330].



EPISTEMOLOGIA DOS ESTUDOS DA PAISAGEM III

Quadrantes do mundo natural: pensar os recursos ambientais, a ordem ecológica e a poiésis do jardim

MEMÓRIA DE AULA – Sessão III

Aline Ourique Toledo

Cândida Zigoni de Oliveira Landeiro

Dagmar Dias Cerqueira

Mylena Merlo

A TERCEIRA SESSÃO DOS ESTUDOS da disciplina Domínios da Paisagem promoveu um atravessamento de reflexões, permeando textos acadêmicos e literários lidos antecipadamente pela turma. Para complementar a leitura utilizou-se também de recortes textuais e outras manifestações culturais das mais variadas temáticas, chamados aqui de “disparadores”, como forma de provocar conexões e aprofundar os debates.

Contudo, é importante ressaltar que o objetivo não foi traçar uma linearidade temporal entre a bibliografia básica

e os dez disparadores que a entrelaçam. Todo o material estudado tinha como finalidade contextualizar e refletir a modernidade e a contemporaneidade, a partir do resgate da temática paisagem e da relação sociedade-natureza, ambos discutidos nos encontros anteriores, promovendo, assim, a internalização e a combinação na espiral do conhecimento.

No primeiro texto, “O mito moderno da natureza intocada”⁹, o cientista social e antropólogo brasileiro Antônio Carlos Sant’ana Diegues (1994) aborda o debate sobre a preservação dos recursos naturais e a ordem ecológica, pela ótica das influências recebidas da América do Norte. Já os textos “*Um jardim tão perfeito*” e “*As formas de uma gênese*”¹⁰, elaborados pela crítica de arte e filósofa francesa Anne Cauquelin (2000), assim como o conto “Kew Gardens”¹¹ (1919), da ensaísta e poetisa

⁹ Ver DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. *O mito da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996. [p. 23-74].

¹⁰ Ver CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. [p. 17-43]

¹¹ Ver WOOLF, Virginia. *A arte da brevidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. [p. 99-122].

britânica Virginia Woolf, apresentam uma narrativa que permeia o mundo subjetivo e objetivo, com ênfase fenomenológica.

Como complemento para essas discussões, foram trazidas em aula duas “poesias cantadas” pelo autor roraimense Eliakin Rufino, como “disparadores” para a conversa: *Amazonália* (2011)¹² e *Na floresta tudo pode acontecer* (2011)¹³. O primeiro disparador evidenciou em sua letra o conflito existente entre a centralização dos debates mundiais em torno da Amazônia, por meio da afirmação de que “o coração do mundo é aqui”, e a inexistência de uma ordem ecológica atuante, de fato, em prol de sua preservação.

O poema destaca mais dois pontos de vista contraditórios, especialmente, ao mencionar que a floresta é ao mesmo tempo o celeiro do mundo e contém o grito da fome,

¹² Ver *Amazonália*. <https://www.youtube.com/watch?v=tcObtxTHFt>. Acesso em: 20.jan.2022.

¹³ Ver *Na Floresta tudo pode acontecer*. <https://www.youtube.com/watch?v=-1zIrlM8LV4>. Acesso em: 20.jan.2022.

interpretados aqui como as diferentes perspectivas vinda de países e de primeiro de terceiro mundo. Tal sobreposição cultural, também, está presente na sonoplastia, na qual são percebidos sons que nos levam a imaginários da cultura indígena, de aspectos cinematográficos relativos a uma estética futurista e a um *rock* mais pesado.

O segundo disparador, ao sublinhar que na “floresta tudo pode acontecer”, destaca fenômenos típicos da natureza, que pelo seu potencial destrutivo despertam reações de medo, como nos trechos “rio pode encher, o vento pode varrer e a correnteza pode levar”. No entanto, Diegues, em diálogo com Gómez-Pompa e Kaus (1992), enfatiza que esses sentimentos perante o mundo selvagem são provenientes de uma percepção urbana, a qual influenciou fortemente o pensamento político ambiental.

Desse modo, a mesma Amazônia que assusta os moradores das cidades é considerada uma casa para comunidades indígenas e tradicionais. Tal observação vai de encontro com os apontamentos iniciais feitos

por Diegues, em que anuncia que seu trabalho é fruto de pesquisas e reflexões sobre o papel da diversidade sócio-cultural e biológica. Nesse contexto, pontua alguns conflitos, como o mito da natureza intocada e os mitos e simbologias dos parques nacionais não habitados, para justificar a necessidade de uma relação mais harmoniosa entre o homem moderno e a natureza. A partir desses dilemas, os diálogos da aula foram traçados.

O MITO MODERNO DA NATUREZA INTOCADA

Das críticas à exportação do modelo de parques nacionais norte-americanos, Diegues narra nesse item o surgimento de movimentos para a preservação da vida selvagem, a partir da proteção de áreas naturais não habitadas, preconizadas pela civilização urbano-industrial nos EUA, no século XIX. Esse conceito preservacionista via nos parques nacionais a única forma de conservar resquícios da natureza e foi norteador por motivações estéticas, culturais e religiosas do mundo ocidental.

Tais premissas privilegiam a preservação de áreas consideradas nobres, como florestas e canyons e a exclusão de importantes ecossistemas, como pântanos e brejos. No entanto, essa não foi a única supressão promovida por esse movimento, que ignorou a ótica dos povos tradicionais, e sua dinâmica com a natureza, em detrimento de populações urbanas de países desenvolvidos. Esse pensamento espalhou-se rapidamente devido à grande influência norte-americana, após a Segunda Guerra Mundial, influenciando fortemente o pensamento político-ambiental no Ocidente.

Contudo, os parques nacionais receberam uma série de críticas devido à visão antropocêntrica, que por meio da dicotomia entre “povos” e “parques” incitava a separação entre homem e ambiente natural. O autor discorre, ainda, que a importação desse modelo para países do terceiro mundo, cujas florestas de clima temperado possuem significativas ocupações humanas, gerou preocupantes conflitos fundiários e crises econômicas, que segundo

Gómez-Pompa e Kaus (1992), forma uma “crise da conservação”.

Há, portanto, uma grande associação entre a crise ambiental com a crise do modelo de desenvolvimento e a crescente miséria de países subdesenvolvidos. Consequentemente, essas se relacionam com a perda da diversidade biológica, a crescente degradação social, a homogeneização das culturas e a marginalização dos movimentos das chamadas minorias.

Para Diegues (1996), o ambientalismo dos anos 1960 e 1970, nos países industrializados, nasceu com “a opulência das nações ricas” e, devido à grave recessão dos anos 1980, sua defesa ficou ainda mais difícil. Nesse contexto, há uma revisão dos pensamentos que surgiram na ecologia para dar conta de pensar nesses conflitos, destacando o enfoque sócio-ambientalista que originou os principais pressupostos da Ecologia Social e Ecosocialismo. Essas escolas, juntamente com a Ecologia profunda, serão apresentadas a seguir mais detalhadamente.

A Ecologia Profunda (*Deep Ecology*)

O termo *ecologia profunda* foi cunhado pelo filósofo Arne Naess (1972) para explorar um nível mais profundo de consciência ecológica e tinha as seguintes premissas:

A vida humana e não humana têm valores intrínsecos independentes do utilitarismo; os humanos não têm o direito de reduzir a biodiversidade, exceto para satisfazer suas necessidades vitais; o florescimento da vida humana e das culturas são compatíveis com um decréscimo substancial da população humana (DIEGUES, 1994, p. 27).

Portanto, nesse pensamento as políticas devem ser mudadas, afetando as estruturas econômicas, tecnológicas e ideológicas. Essa escola sofre críticas dos ecologistas sociais por ignorar o fato de que os problemas ecológicos de hoje têm raízes nas questões sociais. Alertam ainda sobre o perigo do “ecofascismo” e para o biologicismo embutido em algumas de suas proposições, o qual sugere que características do mundo natural moldam certos padrões organizacionais para as sociedades humanas.

Tais críticas se relacionam com o terceiro disparador, um trecho do livro *Ira e tempo: um ensaio político-psicológico*, escrito pelo filósofo alemão Peter Sloterdijk (2012). O autor usa a expressão “Irrito, logo sou” para destacar que um tema só se torna excitante a partir de uma irritação sinalizada por diversos porta-vozes, sejam eles colaboradores, imprensas ou congressos com especialistas. Dessa forma, ao encontrar profundas críticas, a *Deep Ecology* reverberou nas escolas que se seguiram, amplamente discutidas em uma série de eventos como a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, na Suécia, e posteriormente a Eco-92, no Rio de Janeiro.

A Ecologia Social

O professor de ecologia social e ativista ambiental norte-americano, Murray Bookchin (1964) criou esse termo que atrela a degradação ambiental aos imperativos do capitalismo. Os ecologistas sociais entendem os seres humanos como seres sociais, respeitando a diversidade de

diferentes grupos como, pobres e ricos; brancos e negros; jovens e velhos. Criticam também a noção de Estado e propõem uma sociedade democrática, descentralizada e baseada na propriedade comunal de produção, sendo considerados anarquistas e utópicos.

Nesse momento, há o cruzamento com o quarto disparador, *Cantos, cuentos, Colômbia nos encontros*, uma vez que o texto ressalta a importância do diálogo e da escuta a partir da experimentação dos sentidos. Tais fatores são extremamente importantes para a ecologia social, devido à sua grande ênfase política e sua consideração com grupos vulneráveis nos processos participativos. O mapa mental presente nas páginas finais do texto representa graficamente a necessidade em se estabelecer o diálogo, a partir da identificação dos pontos de conflitos que desestabilizam os diferentes grupos sociais.

Bookchin, seguindo uma visão ecocêntrica, propõe ainda uma concepção mais ampla entre a relação da humanidade com o mundo natural. Para o autor, o

equilíbrio da biosfera tem como fim em si mesmo, de modo que o homem deve mostrar respeito à espontaneidade da natureza.

Esse apontamento se relaciona com o quinto disparador, presente no livro *O museu hermético*, de Alexander Roob. A citação *Opus Magnum* (1778), escrita por Büchlein Von Stein der Weisen, faz referência à criação, decomposição e purificação alquímica e mística. Já, a ilustração “a serpente”, apresenta um animal que morde o próprio rabo com a seguinte legenda “um elemento cósmico que insufla vida em tudo e morte em tudo”. Portanto, as ilustrações e o texto, combinados, podem ser relacionados pela busca do equilíbrio “homem/natureza” segundo a lógica de um ciclo.

Ecosocialismo/Marxismo

Os ecomarxistas tiveram como antecedente a crítica interna ao marxismo clássico, uma vez que nessa abordagem a natureza é tida como estática, sendo

considerada apenas por efeito da ação humana por meio do processo de trabalho. Entre as correntes eco-marxistas, destaca-se a crítica da oposição entre o culturalismo e o naturalismo. O primeiro baseia-se na ruptura entre sociedade e natureza, ou a existência do homem selvagem e do homem domesticado, e que a própria evolução traria a superioridade/dominação da civilização sobre a natureza. O segundo afirma uma unidade entre o sociedade e natureza, sendo possível perceber uma certa ingenuidade na relação simbiótica proposta.

Nesse contexto, Diegues, com interlocuções em Moscovici, destaca que o naturalismo está em constante mudança, afastando-se da negação ao culturalismo e da ingênua ideia de preservação do mundo natural. Essa nova abordagem, denominada como o novo naturalismo, pauta-se em uma nova relação entre homem e natureza e baseia-se em três pontos principais: “O homem produz o meio que o cerca e é, ao mesmo tempo, o seu produto”¹⁴,

¹⁴ Ver DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. *O mito da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996. [p. 30].

ou seja, a problemática não é se o homem interfere na natureza, mas, sim, a maneira que ele o faz; o segundo ponto considera que a “natureza é sempre história e a história sempre natural”¹⁵; e o terceiro aborda que a “coletividade se relaciona com a natureza e não o indivíduo.”¹⁶

Nesse momento é introduzido o sexto disparador, presente no livro *Terra comunal: Marina Abramovic + MAI*, com organização de Jochen Volz e Júlia Rebouças. O trecho do livro em destaque, menciona a oficina desenvolvida pela artista com o objetivo de treinar performers para apresentações de longa duração e que exigem intensa concentração e determinação. Essa preparação consiste no afastamento dos participantes do seu cotidiano e sua imersão na natureza durante cinco dias, sem falar ou comer, apenas praticando os exercícios e as meditações propostas em busca de uma “purificação”.

¹⁵ *Idem.*

¹⁶ *Idem.*

Como exemplificação são colocados em pauta cenas da performance *DNA de DAN*, de Maikon K¹⁷, e o *Vínculo*, de Maurício Ianês¹⁸, ambas marcadas pelo dualismo do homem natural e do homem domesticado, e as práticas das vivências do ambiente. Dessa maneira, conclui-se que a renovação de ideias acerca da temática só se dará a partir de ações que impliquem olhar para dentro, ou seja, romper com as exteriorizações dos paradigmas impostos.

Essa visão dualista irá perpassar o sétimo disparador, “Modo de vida imperial: sobre a exploração dos seres humanos e da natureza no capitalismo global”, que segue numa perspectiva voltada para a divisão norte/sul, e que se estabeleceu no planeta, após as grandes guerras, apontando para o pensamento de que a pobreza de um está associada à riqueza de outro. O texto destaca ainda que as questões culturais e políticas estão associadas à

¹⁷ Ver *DNA DE DAN* disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sHF-sADSKHwI>>. Acesso em 20.dez.2021. Acesso em: 20.jan.2022.

¹⁸ Ver *O vínculo* disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SDr7Cbc-dc0E&t=67s>> acesso em dez de 2021. Acesso em: 20.jan.2022.

escassez de recursos e à destruição ambiental, de forma que impactos gerados em áreas mais pobres podem dar início a processos migratórios e conflitos em grupos dos dois lados da linha imaginária do globo. Frente a esse contexto, destaca-se, ainda mais, o viés comunitário e que essa nova visão naturalista ajuda a pensar a dinâmica de diminuir fome e desigualdade no planeta.

Os mitos bio-anthropomórficos, os neo-mitos e o mundo natural

Ao iniciar o tópico, o autor esclarece que o conceito de mito utilizado não se relaciona com a ideia de ilusão, mas sim de um conjunto de representações simbólicas. Para exemplificar essa definição, menciona os mitos naturalistas que sustentam a ideia de uma natureza intocada pelo homem.

Já o termo mito moderno (neo-mitos), expressão que dá título ao livro¹⁹, refere-se a representações de áreas

¹⁹ DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. *O mito da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

do conservadorismo ambiental, que constituem uma visão biocêntrica, na qual sociedade e natureza têm direitos iguais. Dessa maneira, legitimou-se a implementação de “parques nacionais”, que operam na lógica do “homem não tem o direito de dominar a natureza”. Portanto, essas áreas naturais devem receber proteção total de qualquer atividade humana. O neo-mito da natureza intocada e selvagem também delineia as bases do “turismo ecológico” e, na atualidade, apresenta o agravante de ter se tornado elitista ao cobrar tarifas especiais.

Essa vertente foi amplamente espalhada nos Estados Unidos, no entanto, é importante ressaltar que diferentes mitos coexistiram em um mesmo período e lugar, como os chamados mitos bio-antropomórficos por Morin (1991). Tal noção interpreta a relação íntima de algumas populações com o ambiente dito “selvagem” comum na cultura indígena e entre populações de caçadores, extrativistas e outros grupos afastados do mundo urbano-industrial.

O oitavo disparador apresenta, sob um viés político, a exposição da artista plástica Doris Salcedo que chama atenção sobre as relações sociais de conflitos na Colômbia, a partir de obras que causam o estranhamento e conferem a dimensão da vida em seus contrapontos e esquecimentos. Posicionando a arte de Salcedo como elemento inspirador para o debate sobre o sistema atual de unidades de conservação, a proposta de revisão, elaborada por Diegues e mencionada acima, converge com este posicionamento ao lembrar dos esquecidos, a população tradicional que é remanejada do seu lugar.

As representações do mundo natural, o espaço público, o espaço dos “comunitários” e o saber tradicional

Com base em Godelier (1984), Diegues aborda que nenhuma ação intencional do homem sobre a natureza começa sem representações simbólicas, isso porque essas ideias refletem suas condições materiais de produção, e representam, organizam e legitimam as

interrelações entre sociedade e natureza. Sendo assim, destaca-se a importância da análise de diferentes culturas e sua organização, incluindo seus aspectos místicos.

Aponta, ainda, as dimensões imaginárias da natureza, usando como exemplo a percepção de indígenas e colonos do Sul do Brasil a respeito da floresta tropical. Apresentam opiniões divergentes quanto ao bom/mau uso dos recursos naturais com base no sistema econômico que integram. Sendo assim, o autor conclui que o processo de manejo abrange conceitos simbólicos que vão além da atuação do homem sobre a natureza visível, mas também sobre as potências invisíveis que validam sua reprodução na natureza. Configura-se, assim, um simbolismo dos povos primitivos ou pré-industriais, o que Lévi-Strauss (1989) “considera uma verdadeira ciência do concreto, um verdadeiro tesouro de conhecimentos da botânica, da ictiologia, da farmacologia”²⁰.

²⁰ DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. *O mito da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

Nesse âmbito, a proteção de áreas naturais significa uma usurpação do direito sagrado à terra de povos pré-industriais. De acordo com Diegues, existe uma abordagem conflitante entre o espaço público e o espaço comunitário. Os conflitos residem entre o Estado (representando a sociedade industrial) e as sociedades primitivas. Implicitamente, esses povos deveriam doar suas porções de terra para que a população urbana tenha o acesso à “natureza selvagem”. Tem-se como exemplo modernas áreas de proteção de uso restrito, com a única função de proteger a biodiversidade.

As populações tradicionais: conflitos e ambiguidades

O autor inicia o tópico abordando o campo da antropologia e os conceitos de ecologia cultural, antropologia ecológica, etnociência e antropologia neomarxista. Esses conceitos são tendências/escolas de pensamento que deram embasamento científico aos movimentos ecológicos para se analisar o significado de termos, muitas vezes são

usados sem grande precisão, como povos tradicionais, culturas tradicionais, dentre outros.

Diegues cita novamente o antropólogo Godelier (1973) ao apontar os objetivos dos estudos organizacionais da sociedade. Dessa forma, tenta esclarecer de que maneira os povos que ocupam um mesmo espaço terão relações diferentes com os recursos naturais, podendo causar a sua degradação ou não. De acordo com Jansen (1973), isso ocorre porque a organização social e os valores culturais são os principais fatores responsáveis pela degradação do ambiente.

É dentro desse contexto que se aborda a existência de sociedades indígenas concomitantemente com a de extrativistas, articulados com a sociedade urbano-industrial em países subdesenvolvidos. Essas sociedades, consideradas primitivas, dispõem de uma produção de subsistência, por isso não é incorporada à lógica do lucro e do mercado. Como já destacado algumas vezes ao longo do texto, essas comunidades tem uma relação de simbiose com o ambiente natural que só pode

ser compreendida a partir de um afastamento da lente da sociedade capitalista.

Por fim, Diegues conclui que as unidades de conservação têm a potencialidade de representar espaços de relações mais adequadas entre homem e natureza, com a perspectiva de valorização do manejo tradicional, por vezes renovados, reinterpretados e adaptados para situações emergentes. O território é, portanto, o espaço de reprodução econômica, das relações sociais e representa o imaginário mitológico dessas sociedades.

Histórico da noção de parques nacionais e o surgimento das preocupações com as populações tradicionais de moradores

Neste último tópico, o autor contextualiza a criação de parques pelo mundo, apontando a designação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, como um ponto de partida. De acordo com Diegues, é a partir deste marco temporal que se inicia a formulação de bases teóricas e legais para a conservação de grandes

áreas naturais, tendo a América do Norte como continente alavancador do movimento, e a América Latina a ser um dos primeiros continentes a copiar tal modelo. Apesar disso, não existia uma definição em concordância universal sobre quais eram de fato os objetivos dos parques nacionais, dessa maneira surgem conferências e encontros internacionais para o debate acerca do tema.

Um importante marco destacado pelo autor acontece em 1962, em Bali: o *Terceiro Congresso Mundial de Parques Nacionais*. É nesse evento que se inicia o debate entre desenvolvimento e exploração dos recursos naturais. Os parques e as unidades de conservação só teriam sentido a partir da redução do consumismo e do aumento de qualidade de vida, sem a exploração, papel fundamental para o desenvolvimento.

Os direitos das sociedades tradicionais foram ratificados no Congresso de Bali, que aconselhou os responsáveis pelas áreas protegidas que investigassem

o impacto das medidas conservacionistas para as comunidades tradicionais. Dessa maneira, inicia-se um processo de incorporação das decisões das sociedades tradicionais ao manejo dos recursos naturais das áreas protegidas, considerando também a diversidade de circunstâncias locais.

Dentro dessa discussão é inserido o nono disparador, o texto de Bruno Latour, “Primeira divisão: saber duvidar de seus porta-vozes”²¹ retirado do livro *Políticas da Natureza: como associar as ciências à democracia*. Latour afirma que: “o único meio de reconhecer no coletivo uma matéria-prima que possa interessar a vida pública é a definição em uma assembleia de seres capazes de falar”²², a partir daí o autor lembra que “a política fala e palavreia, mas não a natureza” e sugere um deslocamento na inclusão dos portadores de “embaraçados da fala”²³, a inclusão dos

²¹ Ver LATOUR, Bruno. *Políticas da natureza: como associar as ciências à democracia*. São Paulo: Unesp, 2019.

²² *Idem*.

²³ *Idem*.

não humanos, que também afetam e são afetados pela problemática em pauta.

AS DIMENSÕES DA PAISAGEM DE CAUQUELIN – UM JARDIM TÃO PERFEITO

Anne Cauquelin reflete sobre as percepções de “Um jardim tão perfeito”, contidas em sua memória, através do relato preciso do sonho de sua mãe, perspectiva essa que desencadeia uma sucessão de questões acerca da construção do seu próprio conceito sobre paisagem. Em sua análise, a autora lembra que a forma simbólica, em que se apresentava o sonho do jardim materno, provinha de formas simbólicas estabelecidas no passado, e que retoricamente davam suporte à sua estrutura.

Nesse sentido, a chamada natureza se compunha diante dela por uma série de quadros, imagens artificiais, que nada mais eram do que a reprodução de esquemas mentais de projeções anteriores. Sendo assim, a constante redução dos limites da moldura ali montada por gerações de olhares pesava sobre seus pensamentos, e esse

olhar seria um olhar projetado que em diferentes sentidos revelava camadas de vivências, de histórias.

Por essa linha de pensamento, estaríamos, portanto, todos presos à armadilha de uma contemplação de nossas próprias construções intelectuais e não de uma exterioridade. “Acreditando sair de nós mesmos estávamos muito simplesmente admirados com nossos próprios modos de ver”²⁴.

Na sua busca por uma concepção, confronta a ideia e a forma desse jardim perfeito, legado como herança, a partir do questionamento de qual seria sua gênese. Para ela, a Natureza é uma ideia que só aparece vestida, sob a forma de “coisas” paisagísticas, por meio de linguagem e da constituição de formas específicas, historicamente construídas.

²⁴ Ver CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. [p. 17-43].

As formas de uma gênese

Ao abordar a gênese do termo “paisagem”, Cauquelin aponta que autores confiáveis atribuem o seu surgimento ao ano de 1945, quando leis da perspectiva foram formuladas na Holanda. A perspectiva (*pers-scape*), seria um marcador nessa evolução, alcançando um infinito emoldurado por um quadro, um “além” que sua linha evoca.

Contudo, ao relacionar a paisagem com o mundo das pinturas e das artes, a perspectiva se reduziria a uma representação com o objetivo de encantar o olho do espectador, favorecendo uma classe de eruditos, uma concepção elitista. Cauquelin sugere então que ao se fixar no mistério do nascimento da paisagem, é necessário se afastar das obras e se aproximar de novas estruturas de percepção, um conjunto de construções mentais, a “forma simbólica”.

Essa forma simbólica da paisagem constituída no decorrer dos séculos, segundo a autora, é inadmissível. Desta maneira, Cauquelin defende a construção retórica

de paisagem como a própria natureza. Nessa simbiose existe a manifestação de uma dupla operação: de um lado, restituir a paisagem à natureza como a única forma de torná-la visível; de outro lado, desdobrá-la em direção do princípio inalterável da natureza, apagando então a ideia de sua possível construção. Por fim, Cauquelin conclui que a gênese do termo paisagem é impossível de determinar, já que ela está presente na eternidade da natureza.

KEW GARDENS – WOOLF

O conto de Virginia Woolf (1917) tem como cenário o Jardim Botânico Real de Londres, o *Kew Gardens*, considerado, desde 2003, Patrimônio Mundial pela UNESCO. Sua escrita literária está pautada na fenomenologia ao narrar movimentos, sensações, texturas, conversas e memórias individuais. Essa descrição detalhada do “Kew Garden” associa-se à apresentação alternada de personagens que transitam nesse espaço, de modo que o jardim deixa de ser um

mero plano de fundo e torna-se um personagem principal, centro de interações cotidianas do homem-natureza.

Desse modo, é perceptível uma relação de equidade entre vegetação, pessoas e animais, visto o destaque de sua narrativa para dinâmica da flor no jardim, o lento caminhar do caracol e o acelerado passo do casal, representando os diferentes tempos e processos, incluindo sociais, que é próprio de cada ser apresentado. Sendo assim, é possível fazer uma interpolação com as escolas ecológicas apresentadas por Diegues (1996) e o texto da Cauquelin (2000), que apresenta natureza-paisagem como termos que se confundem. A autora cita também a própria produção literária de Woolf ao afirmar que características simbólicas da paisagem advém de nosso arsenal cultural.

É introduzido nesse tópico o décimo disparador, o Texto de Ítalo Calvino intitulado como “Exatidão”, componente da terceira parte do livro *Seis propostas para o próximo milênio*. O autor traz uma crítica à massificação

contemporânea e aponta a problemática da produção excessiva da linguagem, ressaltando a literatura como uma solução capaz de traduzir as nuances do pensamento e da imaginação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do décimo disparador, o debate se aproxima para as considerações finais. Dessa maneira, com as leituras é possível perceber uma linha de conexão dos conteúdos abordados pelos autores. Diegues contribui com uma visão da escola brasileira, para uma contextualização do panorama do campo científico e apresentação das epistemologias que circundam a relação entre homem e natureza.

Com essa conjuntura elucidada, Cauquelin, representando a escola anglo-saxã, direciona o debate para representações da paisagem e os simbolismos que esta carrega. Juntamente com Diegues, autora apresenta o entendimento de que paisagem-natureza, é um conceito

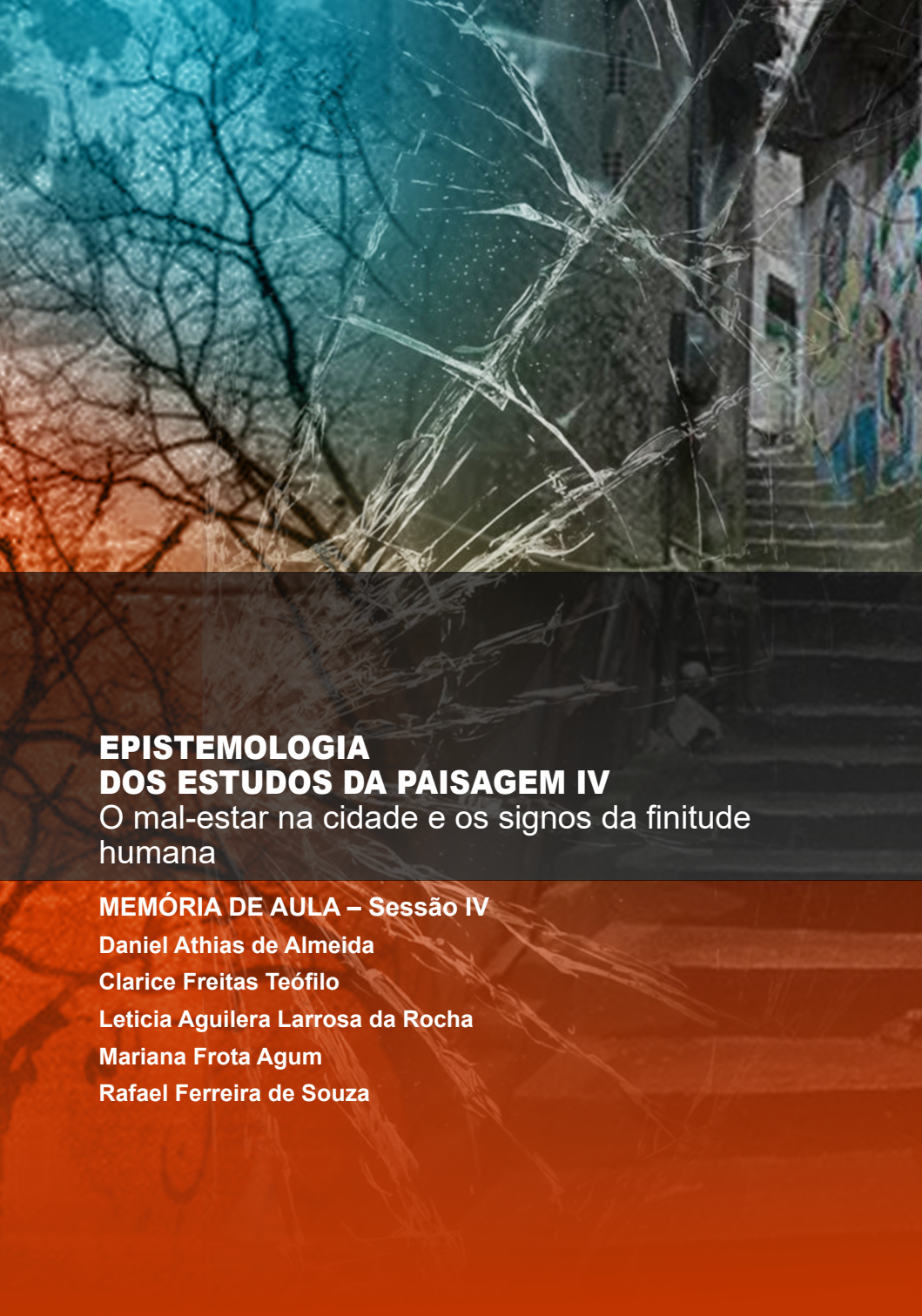
único e determinada pela cultura, postura essa que se aproxima dos ideários da Ecologia Social.

Por fim, a discussão amplia os campos do conhecimento ao trazer Virginia Woolf, ilustrando outras formas de representar a paisagem, com uma ótica subjetiva de olhar toda a diversidade dos parques. Assim, os disparadores são colocados em pauta, em contraponto com a visão do mito da natureza intocada, com o objetivo de trazer a reflexão para cenário de países subdesenvolvidos e suas populações tradicionais, isso com ênfase na realidade brasileira. Os textos e autores não buscam esgotar as epistemologias dos estudos que envolvem a paisagem, mas usam essa temática para pôr em foco debates contemporâneos repletos de complexidades.

REFERÊNCIAS

- CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. [p. 17-43].
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. *O mito da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996. [p. 23-74].
- WOOLF, Virginia. *A arte da brevidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. [p. 99-122].

* * *



EPISTEMOLOGIA DOS ESTUDOS DA PAISAGEM IV

O mal-estar na cidade e os signos da finitude humana

MEMÓRIA DE AULA – Sessão IV

Daniel Athias de Almeida

Clarice Freitas Teófilo

Leticia Aguilera Larrosa da Rocha

Mariana Frota Agum

Rafael Ferreira de Souza

A AULA ABORDOU DIVERSOS TEMAS e contextos que envolvem a finitude da vida e sua compreensão nos contextos sociais ao longo do tempo. A temática foi exposta em três momentos principais: o primeiro envolveu a apresentação de três vídeos que tratavam sobre o tema a partir de perspectivas diferentes; o segundo momento se caracterizou pela explanação dos simbolismos da morte e suas reflexões na sociedade e, por fim, o último momento caracterizou-se por apresentar uma discussão pautada sobre os temas tratados, atrelada aos textos de três

autores, sendo eles, o estadunidense, teórico e historiador do urbanismo e do planejamento urbano, Mike Davis, com o texto “Las Vegas x natureza” do livro *Cidades mortas*²⁵; o geógrafo humanista sino-americano, Yi-Fu Tuan, com o texto “Medo de natureza humana: fantasmas” do livro *Paisagens do Medo*²⁶; e o filósofo sul-coreano radicado na Alemanha, Byung-Chul Han, com o texto “Capitalismo e impulso de morte” do livro *Capitalismo e impulso de morte: ensaios e entrevistas*²⁷.

1º MOMENTO

Através da exibição de vídeos apresentou-se uma discussão acerca de três narrativas diferentes que abordam a temática da finitude da vida. O primeiro vídeo exposto, foi um trecho do filme *Morte e vida Severina*²⁸,

²⁵ DAVIS, Mike. *Cidades mortas*. São Paulo: Record, 2007. [p. 106-129].

²⁶ TUAN, Yi-Fu. *Paisagens do medo*. São Paulo: Unesp, 2005. [p. 179-208].

²⁷ HAN, Byung-Chul. *Capitalismo e impulso de morte: ensaios e entrevistas*. Petrópolis: Vozes, 2021. [p. 7-30].

²⁸ Série: *Morte e vida Severina*. Trecho: Morte de um lavrador. Diretor Zelito Viana. 1977. Acesso em: <https://www.youtube.com/watch?v=emtGoniHLKc>.

baseado no livro poema de João Cabral de Melo Neto de 1955, em que retrata o momento da morte consumada, o instante exato em que o corpo é colocado na cova.

Com base na letra da música do longa metragem pode-se entender qual é a proposta, quais são os principais simbolismos e elementos morfológicos do que seria essa morte consumada e quem a estaria acompanhando. O filme traz relações que estão dentro do signo cristão.

O segundo vídeo foi um trecho do filme *As horas*²⁹, que representa o suicídio da escritora inglesa Virginia Woolf, em que a temática da morte também está presente, porém de forma diferente da anterior, tratando do processamento de uma decisão de morte, no caso o suicídio. Esse trecho chama a atenção da temporalidade dos processos e como há uma tentativa bem-sucedida de desligamento da vida. Por fim, o terceiro e último vídeo foi um trecho do filme

²⁹ Filme: *The hours*. Diretor: Stephen Daldry. 2003. Acesso em: <https://www.youtube.com/watch?v=qmCVlxs2yM4>. 20.jan.2022.

*Blade Runner*³⁰ de 1982, que apresenta uma narrativa do momento em que um ser não-humano salva um humano da morte.

Dessa maneira, a partir dos vídeos exibidos, foi possível perceber camadas de simbolismos e como cada narrativa tentou de alguma maneira exemplificar, refletir e entender as representações da morte na sociedade em que estamos inseridos. Assim, seguindo-se com a abordagem dos simbolismos, entra-se no segundo momento de aula.

2º MOMENTO

Entende-se que não é possível se basear apenas em referenciais judaico-cristãos para poder entender os simbólicos que abordam o conceito de morte. Dessa forma, faz-se necessário estudar sobre simbolismos mais antigos, que refletem ainda hoje na sociedade atual. O contexto greco-romano, por exemplo, apresenta uma

³⁰ Filme: *Blade Runner* – O caçador de andróides. Trecho: Lágrimas na Chuva. Diretor: Ridley Scott. 1982. Acesso em: <https://www.youtube.com/watch?v=RJ6ytUF7AAd>, 20.jan.2022.

das primeiras representações simbólicas da finitude da vida, sendo estas as Moiras ou Parcas, figuras femininas que representam o percurso vida-morte. Podem ser observadas em diferentes momentos, como em uma tapeçaria holandesa do século XV intitulada *Moiras*, em uma pintura de Giovanni Antonio Bazzi de 1525 conhecida como *Les trois Parques*, e em uma pintura de Alfred Agache de 1885 nomeada *Les Parques (The greek fates)*". Esses elementos simbólicos, ainda que antigos, são atuais, podendo ser encontrados em cemitérios, monumentos funerários, literatura, pintura.

Se por um lado têm-se as referências mitológicas greco-romanas, por outro há também a lógica judaico-cristã que apresenta construções iconográficas ligadas a elementos como Deus, a Virgem e anjos, com o intuito de apresentar simbolismos atrelados à morte. Na obra *A coroação da Virgem* de Enguerrand Quarton de 1454, exemplifica-se essa ideia judaico-cristã de que o mundo *post-mortem* permeia o mundo representativamente

terreno, apresentando claramente a divisão do mundo celestial, mundo terreno e mundo subterrâneo.

Dessa maneira, a ideia de submundo obtém força, em função dos escritos como o evangelho, os cultos carismáticos, criando uma tensão na lógica de vida e morte. Assim, há uma criação de jogos de simbolismos como a representação do limbo, do inferno, do purgatório que atravessa o senso da fenomenologia e permite a construção de uma paisagem denominada fúnebre.

Na Idade Média criaram-se novos referenciais simbólicos em relação à finitude da vida: passou-se a refletir sobre o triunfo da morte. As referências que envolviam vida e morte nas cidades se evidenciaram a partir dos séculos XVII e XVIII, períodos em que houve um aumento populacional nas cidades, um meio efetivo para a propagação de doenças e pragas, que ganharam espaço no ambiente urbano, tornando a morte em certa medida corriqueira.

Desta forma, percebe-se as representações da morte nas esfera da formação da paisagem dentro do contexto pictórico. Exemplo de tal premissa são as obras “Triunfo da Morte”³¹, “Triumph of Death”³² e “Dança Macabra”³³. Nesses três momentos os símbolos religiosos ganham protagonismo e refletem as características de uma paisagem fúnebre sob os signos judaico-cristão.

Sabe-se que até o século XIX a expectativa de vida era baixa e a morte estava no cotidiano da sociedade tornando-se assim um experiência que em muitos momentos era naturalizada. Com os avanços da medicina entre o final do século XIX e início do Século XX, surge no horizonte da sociedade formas diferenciadas de se desvencilhar da naturalização da finitude da vida. Seja no triunfo da morte ou da maneira como esta é espetacularizada hoje em dia, deve-se considerar que o tema gera um significativo conteúdo imagético nos noticiários midiáticos como

³¹ Triunfo da Morte. Venezian. *Book of Hours*, c. 1470-80, f.106v.

³² *Triumph of Death*. Autor desconhecido. Petrarca- Séc. XVI.

³³ Dança Macabra. Jacopo Ligozzi. 1547.

também, no conteúdo de filmes e séries que tratam do tema sob as mais variadas perspectivas.

Diante disso, surgiram distintos rebatimentos na contemporaneidade. O primeiro paralelo apontou para episódios que causaram mortes como o ataque terroristas às Torres Gêmeas em Nova York, nos atentados realizados na capital francesa em novembro de 2015 ou no assassinato George Floyd que impulsionou o movimento *Black Lives Matter* e foram amplamente divulgados pela mídia mundial.

Com esse cenário em perspectiva o texto, “Las Vegas x natureza” do livro *Cidades Mortas* (2007), de Mike Davis ofereceu algumas argumentações sobre os limites e as tensões que surgem no ambiente urbano a partir de implementação de práticas de planejamento urbano que subtraem da sociedade qualidade de vida e reforça políticas públicas que se revelam como movimentos erráticos para atender a sociedade como um todo, sobretudo a camada mais frágil. O debate apresentado pelo texto

mostrou também a relação entre morte e política na paisagem, na qual o autor destacou a criação de espaços de exceção na cidade, a partir de ações políticas e de conglomerados econômicos que geram limitações na vida dos trabalhadores, fruto de um processo hegemônico que definem como a sociedade contemporânea funciona.

A lógica de construção do que é fúnebre e a ideia de finitude humana na atualidade também adquiriu contornos que reacenderam a visão naturalizada que a sociedade oitocentista possuía sobre a morte e o morrer. Tal visão aparentemente favoreceu a produção de narrativas que transitam “no lugar comum” sobretudo, quando o assunto se refere à guerras, tragédias ou algo que pode extinguir a vida. A frase “ah é, acontece!” apontou para uma reflexão sobre a banalização de eventos que subtraem a vida humana. Diante desses termos, cabe pensar como a naturalização da finitude humana se revela na construção da paisagem. A vitalidade urbana foi um outro ponto que ganhou destaque

no texto de Mike Davis sobretudo, no que dizia respeito a ausência de conviviabilidade no plano dos espaços livres públicos, como de fato, ocorreu entre os anos de 2020 e 2021, devido as restrições impostas pela covid-19. Tal pensamento, somado as argumentações do autor e contra argumentações estabelecidas na Sessão de Aula, abriram frestas para refletir sobre o que se denominou de “ruína da estrutura social”. O pensamento em si foi firmado a partir da lógica imperativa de um sistema capitalista que por sua vez, favorece uma visão opaca do que de fato a sociedade, em larga escala, vivencia e mais, do que parte dela acredita ser o ideal, o padrão de existencia do indivíduo.

Percebe-se, portanto, uma relação de necropolítica aplicada à estrutura social da cidade, através de ações vindas “de cima para baixo”, ou seja, de uma prática atrelada a um poder hegemônio do Estado, do capital ou de ambos juntos que, em linhas gerais, desfavorecem e privam uma parcela significativa da população de usufruir

o que os espaços urbanos têm a oferecer, no que diz respeito às trocas políticas e sociais. Logo, poderia se afirmar que indivíduos ou grupos sociais fragilizados pelo sistema capitalista são subtraídos e subalternizados conforme Mike Davis destaca em suas reflexões. Não deve ser esquecido que alguns desses sujeitos têm as ruas e os elementos urbanos como lugar de abrigo, a sua “moradia”

Lugares imaginários, referenciais simbólicos: espelhamentos na paisagem

Existem cidades que têm elementos entendidos como fúnebres na composição da paisagem. Tal afirmação foi decorrente das imagens que referenciavam aspectos urbanos de Budapeste, capital da Hungria. A cidade possui lugares e referenciais simbólicos que trazem lembranças da morte, dentro do contexto da Segunda Guerra Mundial. Esses componentes presentes na paisagem, tornaram-se marcadores que ainda hoje atuam no trabalho da memória daquela sociedade. Foi interessante perceber no exemplo apresentado em aula que, as artérias que cortam o seu tecido

urbano, a arquitetura e os cemitérios oferecem artefatos históricos que remetem à memória da guerra, às lembranças que dizem respeito a invasão bélica que tomou a cidade. Essa fase foi marcada pela presença da morte em massa de seus habitantes e, conseqüentemente o surgimento de uma paisagem fúnebre que até os dias atuais ecoa a dor, a resistência do povo e da morte naquele ambiente urbano.

O Cemitério da Consolação em São Paulo foi outro exemplo de lugar no qual a fantasmagoria de diferentes épocas ganha potência e conta a história da cidade através do patrimônio de sua arquitetura cemiterial, inclusive com o auxílio da tecnologia. Vale destacar que os marcos da morte no contexto patrimonial são elementos úteis para entender o funcionamento do próprio tecido urbano. A dinâmica da finitude da vida se aplica nas relações estabelecidas no cotidiano da cidade. Diante do contexto cemiterial é possível compreender como as diferentes partes da sociedade encaram os lugares de morte de forma distinta. O Cemitério de Viena, por exemplo, por

ser também um parque que apresenta uma estrutura ambiental para cidade, possui uma dinâmica de usos na qual seus visitantes também utilizam o espaço para contemplação e práticas de lazer. Também é exercitada a lógica patrimonial em volta de alguns túmulos, o que potencializa o necroturismo.

Domínios da finitude humana na construção da arquitetura da paisagem: os lugares de despedida.

O cemitério adquire forma e feições ritualísticas, que serve também de momento de recolhimento e contemplação e como ponto de encontro e memória; os domínios das paisagens fúnebres encontram-se num momento de dessacralização da cultura para o culto da morte, desde o século XIX com a separação entre os ambientes de culto religioso e os de culto à morte. Pode-se traçar um paralelo entre o afastamento da morte do cotidiano da sociedade, comentado acima, e a busca por esconder a dor e transformar esses lugares em locais neutralizados. A tendência atual é de distrair os vivos da

realidade e manter os lugares de morte afastados da cidade e do convívio do dia a dia. Os locais que são mantidos nos centros urbanos, são aqueles tradicionais e que buscam ser mostrados mais como um espaço patrimonial, do que como um espaço de morada dos mortos. Foi apresentado o Tanatório Municipal de Leon, na Espanha, que não traz nenhum elemento explícito sobre a morte.

Luto, morte, memória e arquitetura da paisagem

Os ritos e as representações coletivas são aspecto relevantes para se trazer a presença da morte a partir das praticas voltadas à religiosidade. Nesse contexto a mitificação do ser que se foi pontua e reforça a ideia de memória. As questões fúnebres diante desse processo se transmutam em manifestações urbanas que não somente valorizam a memória de vidas que não mais existem, mas também impõem o jugo de rituais. Nesse quadro analítico apresentado a ideia de “performatividade fúnebre”, surge como um elemento de debate e mais, apontou para um

contexto social que, busca dignificar a vida que não mais existe, mas também, preza para prestar-lhe homenagem e celebra a sua existência. Considerando tais narrativas, deve ser observado que surgem determinadas práticas socioespaciais que desencadeiam posicionamentos sobre a morte e o morrer em relação a questões sociais, políticas e até filosóficas que por sua vez, materializam-se de alguma forma na paisagem.

Diante da premissa postulada, foi possível elencar representações que se fixam como marcadores para pensar os domínios fúnebres da paisagem que no caso desse debate, perpassaram pela intervenção da artista visual Doris Salcedo na Bienal de Istambul, em 2003, que particularmente trata daqueles que foram mortos no golpe militar de 1973 no Chile; pelas dia de homenagens realizadas pelo presidente norte americano, Barak Obama no Memorial do Soldado Desconhecido em Hiroshima e por fim, as intervenções na paisagem do presídio do Carandiru, palco do massacre de detentos em 2 de outubro de 1992,

que atualmente foi transformado no Parque da Juventude em São Paulo.

Ainda foi preciso demarcar que através de uma escrita densa, o autor apresentava uma narrativa ácida, e por vezes, apocalíptica das camadas que estariam entrelaçadas ao crescimento da cidade de Las Vegas. Sua verve aponta para o lado oculto da cidade, no esforço de desvelar as sistemáticas formas obtusas de se propalar o “progresso” e a vitalidade implacável do simulacro urbanístico-arquitetônico; estampado de maneira evidente nas paisagens de *neon* que correm o mundo, na tentativa de se vender a imagem de Las Vegas.

Em detalhes, o autor usa sua abordagem para acusar as decisões unilaterais que envolvem, em específico, questões acerca dos aquíferos e de todo o sistema de abastecimento de água, que é necessário para fazer pulsar essa cidade fincada no deserto do estado de Nevada, nos EUA. Quando incisivamente demonstra as relações entre o interesse do capital imobiliário, em conluio com o Estado,

Davis nos tira da zona de conforto, deixando latente as discrepâncias e iniquidades de um planejamento urbano desigual, que em última instância tensiona ainda mais as diferentes classes sociais que compõem a demografia local e que transformaram Las Vegas na “cidade mais segregada do país”³⁴.

Apesar de exemplos anteriores já terem demonstrado as erráticas decisões do desenvolvimento urbano, que se faz apartado da realidade das distintas comunidades que compõem a região, e do distanciamento ainda maior da natureza, que é tida apenas como um recurso infinito de provisão para a produção da cidade, as autoridades locais continuam a cancelar ações de instituições e empresas privadas, definitivamente com intenções de acumulação de ativos e: *lucros imobiliários especulativos ao longo da área metropolitana de Las Vegas ainda não ocupada*³⁵.

³⁴ DAVIS, 2007, p.124.

³⁵ *Ibid.*, p. 112.

Nesse cenário de crescimento hiperbólico, de um urbanismo apocalíptico³⁶, a cidade de Las Vegas seria assim um simulacro, como apontou o sociólogo e filósofo francês Jean Baudrillard, em seu livro *Simulacros e Simulação* (1991). Seria em si um simulacro do real, escamoteado por disrupções difusas de luz e som, que sequestram nossas percepções do invólucro material de que é composta a arquitetura da cidade, iludindo o cidadão-espectador; transformando a paisagem urbana num composto híbrido entre publicidade-arquitetura, que, por sua vez, tende a alienar as reais aparências, da distopia que se tornou Las Vegas do final do século XX: *uma metrópole pós-urbana*³⁷.

Esse lugar imaginário, que paira sobre e através da cidade, estaria agora aportado numa dissolução cognitiva, que anestesia a ação participativa real cidadina, como apontou o historiador francês Michel de Certeau, em

³⁶ *Ibid.*, p. 114.

³⁷ *Ibid.*, p. 119.

seu livro *A invenção do cotidiano* (1974). Essa inação citadina transplanta a dicotomia ser-estar, para a alegoria fantasmagórica da desterritorialização do cidadão (no sentido que Jacques Derrida concede ao termo), que agora suspenso ficaria à deriva, norteados pelas fachadas estridentes de hotéis-pirâmides e de todos os tipos de aberrações arquitetônicas, fundadas e instaladas em um dos maiores desertos³⁸ dos EUA.

Desprovida de recursos hídricos³⁹: *Há muito Las Vegas exauriu sua infraestrutura de recursos naturais*⁴⁰, que serviriam de sustentação para o conforto alienante dessa deambulação tortuosa por entre casinos, casas de prostituição, restaurantes e boates suntuosas; as terras devastadas de entorno da cidade atuariam assim

³⁸ Cf. (DAVIS, 2007, p.110): A aridez natural dita uma ética rígida de conservação de água.

³⁹ Cf. (*Ibidem*, p. 109): *Terrorismo ambiental – O crescimento explosivo e imprevisível do sul de Nevada acelerou dramaticamente a deteriorização ambiental do sudeste americano. (...) O hidrofetichismo de Steven Wynn (...) estabelece o padrão para o consumo excessivo de água por parte dos moradores de Las Vegas: 1.4000 litros diários per capita contra 800 em Los Angeles, 600 em Tucson e 400 em Oakland.*

⁴⁰ *Ibid.*, p. 109.

como uma espécie de ruínas reversas (SMITHSON, 2011), as cidades mortas que sustentariam a via crucis da embriaguez que se dá, na experiência urbana de Las Vegas.

3º MOMENTO | PAISAGENS DO MEDO

O segundo texto trabalhado foi de Yi-Fu Tuan, “Medo de natureza humana: fantasmas do livro *Paisagens do Medo* (2005). De caráter historiográfico, o autor situa o leitor a partir de narrativas, que se debruçaram sobre a finitude, sobretudo nos aspectos espirituais, de outro plano, no qual os assombros ilusórios se concretizaram pela presença de fantasmas, bruxas e espíritos dos mortos: *fantasmas são pessoas mortas que, em algum sentido, ainda estão vivas*⁴¹ ou ainda: *As bruxas estão intimamente ligadas com a morte, o morto e o espírito do morto*⁴².

Analisando hábitos e costumes de povos de ilhas remotas na África e na Oceania, descritos por outros

⁴¹ TUAN, 2005, p.179.

⁴² *Ibid.*, p. 182.

autores, Tuan desenvolveu um texto coeso, que de certa forma dialoga com a seara da Antropologia e seus métodos de análises sociais, em um esforço de referenciar de maneira concisa as tradições já estabelecidas com os processos e rituais de morte de povos antigos. Esse quadro contextualizou de forma apurada, uma prática socioespacial que abarcava a morte e seus tabus e, não obstante, as ritualísticas que procuravam afastar os perigos do além-mundo.

Importante também ressaltar, as narrativas que ambientam as áreas rurais da Inglaterra antiga, carregadas de superstições, que foram se moldando ao longo do tempo e que tiveram um importante papel nos costumes que se emolduram através dos contos e das histórias orais sobre a finitude na vida campesina de outrora até atualmente na vida urbana contemporânea: *A erudição sobre fantasmas foi especialmente rica durante a época vitoriana, mas o gosto por histórias de mistério persiste até hoje*⁴³.

⁴³ *Ibid.*, p.197.

A arquitetura tem destaque nessa parte do texto, pois o autor descreveu hábitos de lidar com a casa de pessoas mortas, como o caso das comunidades que queimavam as construções onde residiam os mortos para afastar os amaldiçoados, ou também o hábito de não varrer os cômodos das casas quando a noite chegava, intuindo evitar a presença de espíritos indesejados.

A descrição de viajantes em locais ermos, onde vultos apareciam pelos caminhos de passagem, nos serve de base para pensar a força dos mitos locais, do núcleo do enredo que se formou por comunidades que tinham de lidar com as imprecisões ocultas e dos signos da morte que atravessam tempos e locais distintos: *Nos caminhos solitários remanescentes da Inglaterra, os motoristas ainda podem dar carona a um fantasma. Ainda circulam histórias sobre casas assombradas (...)*⁴⁴.

Em suma, o autor trouxe uma contribuição importante para se pensar essas paisagens do medo e a ética da

⁴⁴ *Ibid.*, p. 201.

morte, pois apresenta subsídios historiográficos que nos afastam de uma leitura meramente mística da finitude, embora se utilize dela também. Essa didática proveniente de sua escrita conseguiu, de certa maneira, estruturar um percurso possível de entendimento da fantasmagoria presente nas lendas. Com um aporte temporal que sustenta as transmissões dos costumes e histórias orais, que permeiam a ritualística da morte ou das coisas que se relacionam ao morto, desvelando, assim, a tinta da melancolia nos domínios da finitude e, portanto, nos espelhamentos sobre a paisagem.

4º MOMENTO | CAPITALISMO E IMPULSO DE MORTE

A última obra trabalhada, *Capitalismo e impulso de morte*, de Byung-Chul Han, elaborou uma aproximação entre o sistema capitalista e as teorias psicanalíticas freudiana. Ao longo do primeiro capítulo do livro, Han apresentou a visão de diversos autores que se aproximam deste tema, apropriando-se de discursos plurais para o desenvolvimento de sua argumentação. Han,

utilizando do discurso de Arthur Schnitzler, comparou a humanidade com um bacilo, uma doença para “organismo maior”, que ao mesmo tempo que necessita desse organismo para sobreviver, procura aniquilá-lo em prol de seu desenvolvimento. Segundo Han, o ser humano é acometido de uma cegueira tamanha que é incapaz de enxergar essas relações complexas que são estabelecidas, tornando-o tão cego quanto os bacilos que exterminam o indivíduo humano doente, sua fonte de vida: *Crescimento e autodestruição são uma coisa só*⁴⁵.

Esse pessimismo de Schnitzler é compartilhado por Freud ao se referir ao ser humano como *besta selvagem a quem é estranha a proteção de sua própria espécie*. O ser humano é dominado em última instância pelo impulso e, para Freud, o impulso de morte seria responsável pela agressividade bestial do ser humano. Para Han: *Freud poderia ter afirmado então que o capitalismo representa a forma econômica na qual o ser Humano, na condição*

⁴⁵ HAN, 2021, p. 8.

*de besta selvagem, pode viver e aproveitar melhor sua agressividade*⁴⁶.

A força motora desse sistema econômico é o impulso de morte colocado em prol do desenvolvimento: *O capitalismo é obcecado pela morte. O temor inconsciente da morte impulsiona*⁴⁷. Assim, a necessidade de acumular é exacerbada frente à finitude da vida humana. O capital se embasa na negação da morte e na necessidade constante de aprimorar o desempenho humano para geração de mais riquezas.

Nesse sentido, o autor parte para uma visão etimológica do próprio dinheiro, associando-o com a aquisição de animais para sacrifício, com o poder divino de matar. O capital se comporta como uma mana moderna, uma acumulação de poder proveniente da absorção do poder de outros. Ou então, a partir da analogia entre tempo e dinheiro, o capital seria o tempo “coagulado”.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 9.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 19.

No subconsciente, então, a riqueza acumulada previne a morte. Ao almejar a vida imortal, negar a morte, o capitalismo cria o que o autor chama de “vida morta-viva” ou “morte em vida”.

Ao morto-vivo falta vivacidade. Apenas a vida que incorpora a morte é realmente viva. (...) Os processos da vida se transformam em procedimentos maquinais. A adaptação total da vida humana à funcionalidade já é uma cultura de morte⁴⁸.

A morte é associada ao negativo e então é negada, mas a vida desprendida da morte se esvazia de sentido, se transforma em uma morte em vida. Em suma, apesar de sua relação ambivalente, o autor ressalta a necessidade de conciliação entre morte e vida. É preciso conceder à morte um lugar realista dentro da experiência humana, devolvendo assim o sentido para a vida. *A vida que nega a morte nega a si mesma. Apenas uma forma de vida que devolve a morte à vida nos livra do paradoxo da vida morta-viva*⁴⁹.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 21.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 30

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática da morte e finitude entrelaçou-se com a história urbana das cidades. O simbolismo do aniquilamento está presente na materialidade de espaços urbanos e arquitetônicos que compõem a conformação da urbe, seja em locais específicos, como cemitérios, ou também em distintas partes dos fragmentos que formam a pólis.

O contexto religioso que perpassa a construção sociocultural dos lugares serviu, e serve de base, para a elaboração de um processo ritualístico, em que a paisagem da cidade é diretamente afetada e transformada. Embora o tema fúnebre seja tratado como tabu, os signos e significados estão constantemente presentes na experiência vivenciada dos espaços públicos e privados; não somente nos memoriais instalados provisoriamente para cortejos e homenagem às vítimas de um acontecimento trágico, mas também como na própria decrepitude estampada na arquitetura dilacerada de ruínas que constituem as paisagens da cidade.

Essa angústia presenciada na cidade contemporânea, seria uma característica peculiar do *modus vivendi* de fluxo incessante, na qual a imagem da cidade é escamoteada pelo simulacro imposto pela hipermídia e pelas fachadas de ritmo pulsante, com publicidades e aparatos técnico-luminosos, que distanciam nossa percepção do ciclo da vida presente no cotidiano dos cidadãos.

A assombração e o fenecimento estão fincados na maneira em que construímos não somente a materialidade da cidade, também a imaterialidade que compraz a imagem mental que formamos dela. No entanto, a paisagem urbana está capturada por valores mercadológicos, sequestrada por interesses do capital imobiliário que intenta vender seus produtos. Nesse contexto, as perspectivas multifocais contidas nas diferentes paisagens urbanas são esmagadas pela imagem coesa e limitadora da cidade que se impõe aos cidadãos. Apesar desse esforço dissimulador, a cidade morta submerge e confere um *status nascendis*

que mescla as camadas subterrâneas (assim como nas escavações arqueológicas) com as camadas horizontais e expostas da arquitetura da cidade.

A finitude passa a delinear uma característica existencial na experiência deambulatoria da cidade, onde a vivência dos espaços amorfos e ocultos transcende a imposição midiática da cidade perfeita; expurgando o tabu do perecimento através da amálgama de temporalidades contida nos ciclos que constituem a vida e a morte dos cidadãos que habitam a cidade e suas paisagens híbridas.

REFERÊNCIAS

- BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.
- DAVIS, Mike. *Cidades mortas*. São Paulo: Record, 2007. [Las Vegas x natureza, p. 106-129].
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- HAN, Byung-Chul. *Capitalismo e impulso de morte*: ensaios e entrevistas. Petrópolis: Vozes, 2021. [Capitalismo e impulso de morte, p. 7-30].
- SMITHSON, Robert. Um passeio pelos monumentos de Passaic, Nova Jersey. In: *Revista Arte & Ensaio*, #22, 2011. PPGAV-EBA/UFRJ, [p.162-167].
- TUAN, Yi-Fu. *Paisagens do medo*. São Paulo: Unesp, 2005. [Medo da natureza humana: fantasmas, p. 179-208].

**MEMÓRIAS EM PERSPECTIVA À LUZ DA
HISTÓRIA DO CONHECIMENTO E DO
HIBRIDISMO CULTURAL**

Rubens de Andrade

PETER BURKE EM SUA OBRA *O que é história do conhecimento?* apresenta marcadores relevantes ao colocar em perspectiva os desdobramentos dos processos relacionados aos sistemas de conhecimento. O exercício reflexivo do autor discute o valor da História do conhecimento e, especialmente, reconhece como “a república do aprendizado” internacional se deu conta do quanto se faz necessário estarmos atentos ao modo de manifestação do conhecimento nos ambientes que construímos nossas relações cotidianas, seja qual for

as suas características socioculturais e espaciais. Em um território de múltiplas dimensões e complexas zonas fronteiriças, o conhecimento adquire, tanto para aqueles que o produzem quanto para os que o consomem e o fazem circular, ordens de entendimento que favorecem a sua expansão, bem como permitem a sua fragmentação.

Peter Burke ao aprofundar as suas discussões, em particular no capítulo 2: “Conceitos”, ocupa-se em organizar um glossário de termos que produzem um escopo de possibilidades analíticas que, em grande parte, auxiliaram sensivelmente a estruturação dos conceitos metodológicos aplicados nos três módulos que definiram o curso *Domínios da paisagem: hibridações culturais e práticas socioespaciais*, a saber: a) Módulo 1: Aulas expositivas e memórias de aulas; b) Módulo II: Seminários e; c) Módulo III: Reflexões monográficas.

O Módulo I, organizado em quatro sessões de aulas formuladas a partir do eixo *Hibridações culturais da paisagem* promoveu reflexões e debates na disciplina

considerando o seguinte critério de abordagens temáticas: *Arcabouços teóricos e enclaves metodológicos, Histórias de lugares e a construção dos cotidianos, Quadrantes do mundo natural: pensar os recursos ambientais, a ordem ecológica e a poiésis do jardim e O mal-estar na cidade e os signos da finitude humana.*

As questões centrais abordadas, o espraio dos assuntos para diferentes territórios discursivos, a dúvida e a constatação interposta a partir do processo coletivo de construção de conhecimento e mais, o seu alcance propositivo na mesa de debate da disciplina, foram compiladas e desdobraram-se nesta publicação. Na prática, esse trabalho apresenta um registro original e instigante dos movimentos reflexivos realizados pelo corpo de pós-graduandos-as como também, reflete a opção por um escopo metodológico no qual o exercício da memória coletiva se tornou um dos elementos primordiais no processo pedagógico da disciplina. Cada um dos Coletivos colocou em relevo nas suas memórias

as essencialidades dos assuntos abordados, reforçando arestas e colocando a contrapelo pontos que necessitavam de um maior aprofundamento do debate. Nesse sentido, foram consideradas as preleções do docente responsável pelo curso, as bases conceituais indicadas por autores e suas respectivas obras, que ofereceram a retaguarda teórica das discussões, bem como, diálogos, debates e questionamentos construídos em aula.

O quadro teórico fomentado pela curadoria de textos postulou um desenho diversificado sobre o estado da arte dos estudos da paisagem e, priorizou a construção de um arco de referências plural, ao colocar no campo das ideias elementos que se alinhavam às proposituras apresentadas em outro trabalho relevante de Peter Burke, *Hibridismo Cultural* (2003). As questões, em particular, levantadas nessa obra cujo título original é *Cultural hybridity, cultural exchange, cultural translation: Reflections on history and theory* dizem respeito aos avanços do tema hibridismos, assim como, apontam no horizonte

científico a desconfiança de determinados setores e áreas de conhecimento ao lidar com tal aporte conceitual. Vale sublinhar que (...) *a preocupação com esse assunto é natural em um período como o nosso, marcado por encontros culturais cada vez mais frequentes e intensos* (BURKE, 2002, p. 2). Logo na apresentação, o autor destaca as diferentes camadas que se estabelecem na produção e circulação de conhecimento na atualidade no que diz respeito, por exemplo, à celebração do *crossover* e do híbrido, à ideia de *continuum* cultural, às limitações que temos em ignorar a tendência global para a mistura e a hibridização, isso sem esquecer os grupos de estudiosos que têm identidades culturais duplas ou mistas conforme ocorreu com autores como Byung Chul-Han ou Yi-Fu Tuan, incorporados na disciplina. Vale lembrar que ambos os pesquisadores citados, atuam em instituições científicas europeias ou americanas e podem ser um exemplo que se aproxima da ideia de “perfeitos híbridos culturais” à luz das reflexões de Peter Burke. Nesse sentido, as

tradições culturais de matriz asiática mesclam-se à estrutura sociocultural dos países onde esses cientistas desenvolvem suas pesquisas.

Para além das tentativas de hibridizações culturais formalizadas através dos textos, das conexões com os projetos de pesquisas de cada pós-graduando/a e das derivações organicamente surgidas ao longo das conversas (virtualizadas) das quatro sessões de aulas, foi produzido um exercício reflexivo coletivo que assinalou entre outras coisas, o que foi na prática assimilado, convergências conceituais e contrastes do que era possível ser aplicado aos distintos temas e objetos de estudo, o que emergiu de relevante para se criar a possibilidade de saltos teóricos sem ignorar, aquilo que necessariamente não foi traduzido. Finalizado o Módulo I, tivemos como desdobramento uma narrativa robusta, um trabalho construído por um coletivo de dezessete pessoas.

Retomando a Peter Burke no já citado *O que é história do conhecimento?* ficou também evidente que a

dinâmica metodológica do Módulo I, em seus diferentes estágios, revela *grosso modo* singularidades de conceitos trabalhados pelo autor que diz respeito às ordens do conhecimento, de como ele está atrelado ao nosso cotidiano, em que medida o conquistamos, quais os tipos de interações possíveis, quais os impulsos que surgem em sua direção, como podem ser gestados. Nesse sentido, é importante retomar que Peter Burkner criou um glossário que, em linhas gerais, examina distintos meios para se pensar e escrever sobre história do conhecimento, considerando como ele atravessa e define, de forma particular ou coletiva, o significado do mundo que habitamos e, como esse mundo se constitui.

O autor discute distintas particularidades relacionadas ao *Conhecimento localizado*, *Conhecimento subjugado*, *Conhecimento tácito*, *Estilo de pensamento*, bem como, explora os múltiplos sentidos relativos à curiosidade, a *inovação*, a *interdisciplinaridade*, a *profissionalização*, a *tradição*, ao *sistemas de ignorância*, ou seja, elabora

de forma pormenorizada quadrantes analíticos que não apenas fixam referenciais históricos, mas, sobretudo, oferecem pontos de fuga para se pensar possibilidades práticas para a produção de pesquisas, a construção de arcabouços teóricos, a cooperação de sociedades científicas, entre outras manifestações amparadas no processo de busca do conhecimento.

Considerando cada uma das etapas que constituíram o Módulo I, notou-se que as ferramentas utilizadas a partir de referencial bibliográfico, dos disparadores das sessões de aula, sejam eles sonoros, imagéticos ou esteticizados, somados ao exercício da reflexão, da prática dialógica estabelecida em tempo real através da internet e do aprimoramento no uso do capital gerado pela informação, seja ela física ou fruto do que foi colhido no ciberespaço.

A partir de tal perspectiva, constatou-se que o arcabouço teórico de Peter Burke, além de auxiliar a desenhar conceitualmente o primeiro estágio da disciplina, também fortaleceu e indicou aproximações, paralelos

e alinhamentos que contextualmente pautaram ideias, análises, questões e contrapontos que se estabelecem nas Memórias de aula da terceira edição do curso *Domínios da paisagem* no Programa de Pós-graduação em Arquitetura - PROARQ-FAU/UFRJ.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. *Hibridismos cultural*. Porto Alegre: Unisinos, 2003.

_____. *O que é história do conhecimento?* São Paulo: Unesp, 2015.



ÍNDICE DE AUTORAS/ES

Nº.	Autores/as	Páginas
1	Aline Ourique Toledo	80
2	Amanda Ribeiro Carneiro	50
3	Beatriz Cruz Amback	24
4	Cândida Zigoni de Oliveira Landeiro	80
5	Clarice Freitas Teófilo	112
6	Dagmar Dias Cerqueira	80
7	Daniel Athias de Almeida	112
8	Domitila Gomes Almenteiro	24
9	Ethel Pinheiro	6
10	Francianny Moraes	50
11	Gleison José Mendes de Souza Junior	24
12	Leticia Aguilera Larrosa da Rocha	112
13	Lorena Maia Resende	50
14	Lucas Yudi Moriya Sampaio	24
15	Mariana Frota Agum	112
16	Mylena Merlo	80
17	Rafael Ferreira de Souza	112
18	Rubens de Andrade	14, 142
19	Vanessa Sartori	50



ProLUGAR



PAISAGENS
HÍBRIDAS
EDITORIA



Aline Ourique Toledo
Amanda Ribeiro Carneiro
Beatriz Cruz Amback
Cândida Zigoni de Oliveira Landeiro
Clarice Freitas Teófilo
Dagmar Dias Cerqueira
Daniel Athias de Almeida
Domitila Gomes Almenteiro
Francianny Moraes
Ethel Pinheiro
Gleison José Mendes de Souza Junior
Leticia Aguilera Larrosa da Rocha
Lorena Maia Resende
Lucas Yudi Moriya Sampaio
Mariana Frota Agum
Mylene Merlo
Rafael Ferreira de Souza
Rubens de Andrade (Org.)
Vanessa Sartori

Esta produção demonstra, assim, o potencial criador e receptivo que uma disciplina de pós-graduação pode gerar, com vistas ao desenvolvimento de diferenciadas pesquisas, e também o vínculo com a excelência, a diversidade e a inovação, valores do PROARQ muito bem propagados por todo o seu corpo social.

Ethel Pinheiro